Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

2025/2214(INI)

17.12.2025

ALTERAÇÕES
1 - 313

Projeto de relatório
Kira Marie Peter-Hansen
(PE779.614v01-00)

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas 2026
(2025/2214(INI))

Alteração 1
Stefan Berger

Proposta de resolução
Citação 4

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Acordo de Paris da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 12 de dezembro de 2015, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas,	***Suprimido***

Or. en

Alteração 2
Markus Ferber

Proposta de resolução
Citação 4

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Acordo de Paris da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 12 de dezembro de 2015, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas,	***Suprimido***

Or. en

Alteração 3
Stefan Berger

Proposta de resolução
Citação 5

Proposta de resolução	*Alteração*

– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)[1],	***Suprimido***

[1] JO L 2021/1119 de 9.7.2021, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/1119/oj.

Or. en

Alteração 4
Markus Ferber

Proposta de resolução
Citação 5

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)[1],	***Suprimido***

[1] JO L 2021/1119 de 9.7.2021, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/1119/oj.

Or. en

Alteração 5
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 17-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o pacote de outono do Semestre Europeu para 2026 da Comissão, de 25 de novembro de 2025,

Or. en

Alteração 6
Markus Ferber

Proposta de resolução
Citação 17-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o pacote de outono do Semestre Europeu para 2026, adotado pela Comissão em 25 de novembro de 2025,

Or. en

Alteração 7
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Citação 17-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório anual de 2025 do Conselho Orçamental Europeu, publicado em 22 de outubro de 2025,

Or. en

Alteração 8
Markus Ferber

Proposta de resolução

Citação 17-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório anual de 2025 do Conselho Orçamental Europeu, publicado em 22 de outubro de 2025,

Or. en

Alteração 9
Sirpa Pietikäinen

Proposta de resolução
Citação 19-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, intitulado «Measuring sustainable and inclusive wellbeing: a multidimensional dashboard approach», publicado em 28 de janeiro de 2025,

Or. en

Alteração 10
Sirpa Pietikäinen

Proposta de resolução
Citação 24-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório intercalar do Grupo de Peritos de Alto Nível do secretário-geral das Nações Unidas sobre o tema «Para além do PIB», publicado em novembro de 2025, elaborado no âmbito do Pacto para o Futuro, de 23 de setembro de 2024, sobre a modernização dos quadros estatísticos e

	o desenvolvimento de indicadores mais abrangentes para avaliar o desempenho económico,

Or. en

Alteração 11
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Citação 24-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o relatório «Much more than a Market», de Enrico Letta, publicado em abril de 2024,

Or. en

Alteração 12
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Citação 24-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Proclamação Interinstitucional sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais de 13 de dezembro de 2017,

Or. en

Alteração 13
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Citação 24-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Declaração de La Hulpe sobre o futuro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, de 16 de abril de 2024,

Or. en

Alteração 14
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Citação 24-D (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Compromisso Social do Porto, assumido em 7 de maio de 2021 pelo Conselho, pela Comissão, pelo Parlamento e pelos parceiros sociais,

Or. en

Alteração 15
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação ***e*** no alinhamento das políticas económicas e orçamentais ***nos*** Estados-Membros;	A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação ***das políticas económicas e sociais dos Estados-Membros, bem como*** no alinhamento das políticas económicas e orçamentais ***dos*** Estados-Membros ***pelos objetivos e regras acordados a nível da União Europeia***;

Or. es

Alteração 16
Markus Ferber

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação ***e no alinhamento*** das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros;	A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros***, salvaguardando assim a estabilidade macroeconómica da União Económica e Monetária***; ***que o Semestre Europeu não deve ser sobrecarregado com objetivos conflituantes, devendo, ao invés, concentrar-se estreitamente na competitividade e em políticas fiscais robustas;***

Or. en

Alteração 17
Stefan Berger

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação ***e no alinhamento*** das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros;	A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 18
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação e no alinhamento das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros;	A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação e no alinhamento das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros***, com vista a alcançar uma transição socialmente justa para uma economia sustentável***;

Or. en

Alteração 19
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que o Semestre Europeu visa assegurar o crescimento económico, a criação de emprego, a estabilidade macroeconómica e a solidez das finanças públicas em toda a União Europeia;

Or. es

Alteração 20
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 ***desempenharão*** um papel essencial na conceção dos planos de parceria	B. Considerando que***, de acordo com a proposta da Comissão Europeia,*** as recomendações do Semestre Europeu em 2026 ***desempenhariam*** um papel essencial

nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027;	na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027;

Or. en

Alteração 21
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 ***desempenharão*** um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027;	B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 ***poderão desempenhar*** um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027; ***que, por conseguinte, é importante que reflitam as prioridades e os objetivos económicos nacionais;***

Or. en

Alteração 22
Stefan Berger

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 desempenharão um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros ***em 2027***;	B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 desempenharão um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 23
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 desempenharão um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027;	B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 desempenharão um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027; ***que as recomendações do Semestre Europeu também orientaram os planos nacionais que os Estados-Membros tiveram de apresentar para aceder ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência do NextGenerationEU e que, não obstante, muitas das reformas assumidas pelos Estados-Membros não foram cumpridas, não produziram o impacto esperado ou apresentam sérias dificuldades no que respeita à sua avaliação adequada;***

Or. es

Alteração 24
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que as recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu tendem a incentivar cortes nos serviços sociais e na proteção social, em vez de promoverem o aumento das receitas públicas; que, desde a introdução do Semestre Europeu, em 2011, até 2018, a Comissão recomendou 63 vezes que os governos reduzissem as despesas com os cuidados de saúde ou

privatizassem os serviços de saúde[1-A]; que, entre 2016 e 2022, a Comissão recomendou 122 vezes reformas dos sistemas de pensões, incluindo 30 apelos ao aumento da idade de reforma[1-B];

1-A

https://www.dielinke-europa.eu/wp-content/uploads/kontext-import/documents/9/3/d70fc8.pdf

1-B

https://www.econstor.eu/bitstream/10419/299865/1/1844117693.pdf

Or. en

Alteração 25
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que as perspetivas económicas continuam a ser incertas devido à invasão da Ucrânia pela Rússia e à incerteza gerada pelas políticas protecionistas, pelos direitos aduaneiros e pelas tensões comerciais, todos com um efeito negativo na economia;

Or. es

Alteração 26
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão,	C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão,

o crescimento do PIB na UE deverá aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta;	o crescimento do PIB na UE deverá aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego ***em termos agregados, embora com grandes disparidades entre os Estados-Membros,*** e a inflação próximos do nível da meta; ***que essa estabilidade coexiste com riscos significativos, o que reforça a necessidade de manter a responsabilidade orçamental, as reformas estruturais e a competitividade;***

Or. es

Alteração 27
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão, o crescimento do PIB na UE deverá aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta;	C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão, o crescimento do PIB na UE deverá aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta***, embora a inflação continue elevada em alguns Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 28
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão, o crescimento do PIB na UE deverá	C Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão, o crescimento do PIB na UE deverá

aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta;	aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta; ***que, para a UE no seu conjunto, a Comissão prevê um crescimento entre 1,4 % e 1,5 % no período de 2025 a 2027, ao passo que, na área do euro, a dinâmica deverá ser inferior (1,2 %–1,4 %); que o crescimento potencial na UE deverá diminuir de cerca de 1,5 % em 2024 para 1,3 % em 2027 (na área do euro, de 1,4 % para 1,2 %), principalmente devido a tendências demográficas desfavoráveis;***

Or. en

Alteração 29
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as conclusões do Conselho sobre as apreciações aprofundadas de 2025 no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos evidenciam os elevados défices orçamentais em alguns Estados-Membros;

Or. en

Alteração 30
Thomas Bajada

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que o consumo de alimentos é uma necessidade e representa uma grande parte do cabaz de consumo

	do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC);

Or. en

Alteração 31
Markus Ferber

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que as perspetivas económicas continuam rodeadas de elevada incerteza e riscos;

Or. en

Alteração 32
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, ***nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que*** o relatório Draghi ***considera necessário*** para impulsionar a competitividade da Europa***,*** e ***um montante adicional de 800 mil milhões de EUR,*** para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, ***como refere*** o relatório Draghi***,*** para impulsionar a competitividade da Europa e para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;

Or. en

Alteração 33
Kira Marie Peter-Hansen

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente ***um investimento anual adicional*** de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera ***necessário*** para impulsionar a competitividade da Europa, ***e*** um ***montante*** adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas ***adicionais*** com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente ***investimentos anuais adicionais*** de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera ***necessários*** para impulsionar a competitividade da Europa, ***incluindo 450 mil milhões de EUR apenas para a transição energética, dos quais 260 mil milhões de EUR deverão provir do setor público, de acordo com o Instituto Rousseau; que está previsto*** um ***investimento*** adicional de ***mais*** 800 mil milhões de EUR, para despesas com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;

Or. en

Alteração 34
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030; ***que estes objetivos de investimento carecem de***

novos recursos próprios correspondentes, deixando a União sem a capacidade orçamental necessária para cumprir os seus objetivos declarados;

Or. en

Alteração 35
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030; ***que o esforço de investimento não pode depender exclusivamente da despesa pública, mas exige mecanismos que mobilizem e atraiam o investimento privado;***

Or. es

Alteração 36
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento

avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030; ***que estas necessidades não podem ser satisfeitas através de financiamento público, que deve funcionar apenas como um motor para o investimento privado em setores específicos;***

Or. en

Alteração 37
Stefan Berger

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;	D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade ***e a produtividade*** da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;

Or. en

Alteração 38
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial***, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo***, como ***as transições*** ecológica ***e digital***;	E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial***; que esta situação obriga a UE a rever as suas prioridades***, como ***a transição*** ecológica;

Or. en

Alteração 39
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como ***as transições ecológica e digital***;	E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como ***a falta de competitividade, a baixa produtividade e a insuficiência de investimentos***;

Or. en

Alteração 40
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras	E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras ***do sul***

orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como as transições ***ecológica e digital***;	***e*** orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como as transições ***em curso***; ***que estes desafios coincidem com pressões crescentes sobre as finanças públicas e com um contexto demográfico adverso, o que exige o reforço da competitividade europeia, a consolidação da autonomia estratégica aberta da União e o fortalecimento das suas capacidades de segurança e defesa***;

Or. es

Alteração 41
Stefan Berger

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças ***que emergem das*** fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios ***a longo prazo***, como as transições ecológica e digital;	E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças ***persistentes nas suas*** fronteiras orientais***, relacionadas com a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia***, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios ***de longa data***, como as transições ecológica e digital;

Or. en

Alteração 42
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras	E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras

orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como as transições ecológica e digital;	orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ***uma crise imobiliária, níveis elevados de dívida pública e falta de crescimento,*** ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como as transições ecológica e digital;

Or. en

Alteração 43
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB;	F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental ***em relação ao PIB*** e de 60 % para o rácio dívida/PIB; ***que o défice nominal da UE e o rácio dívida pública/PIB permanecem acima dos valores de referência ao longo do período abrangido pelas previsões;***

Or. es

Alteração 44
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB;	F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB; ***que o défice nominal da UE e o rácio dívida pública/PIB permanecem acima dos valores de referência; que tanto o défice nominal como o rácio dívida pública/PIB variam em toda a UE e que as situações divergem***

de forma notória entre os Estados-Membros;

Or. en

Alteração 45
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB;	F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB; ***que os rácios do défice e da dívida pública/PIB da UE permanecem acima dos valores de referência;***

Or. en

Alteração 46
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que esses valores de referência são números arbitrários inventados no início da década de 1980 sem uma justificação económica sólida; que as condições económicas, sociais e ecológicas imperantes naquela época eram significativamente diferentes das que prevalecem atualmente;

Or. en

Alteração 47

Markus Ferber

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que a manutenção da estabilidade orçamental é fundamental para apoiar o crescimento sustentável e a resiliência;

Or. en

Alteração 48
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que nove Estados-Membros estão atualmente sujeitos a procedimentos relativos aos défices excessivos;

Or. en

Alteração 49
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando G

Proposta de resolução	*Alteração*
G. Considerando que o Conselho não lançou quaisquer procedimentos relativos a desequilíbrios macroeconómicos excessivos desde que estes procedimentos foram criados, em 2011;	G. Considerando que o Conselho não lançou quaisquer procedimentos relativos a desequilíbrios macroeconómicos excessivos desde que estes procedimentos foram criados, em 2011***, apesar das repetidas avaliações da Comissão que identificavam tais situações em vários Estados-Membros***;

Or. es

Alteração 50
Ivars Ijabs

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 51
Stefan Berger

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que ***esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas*** para impulsionar ***o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital***;	H. Considerando que ***a recomendação sobre a política económica da área do euro de 2026 insta os Estados-Membros da área do euro a agirem individual e coletivamente no âmbito do Eurogrupo*** para impulsionar ***a competitividade e reforçar a segurança económica, preservando simultaneamente a sustentabilidade das finanças públicas***;

Or. en

Alteração 52
Markus Ferber

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»***, mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital***;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»;

Or. en

Alteração 53
Dirk Gotink

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»***, mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital***;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»;

Or. en

Alteração 54
Lídia Pereira

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»***, mas ainda não tomou*** medidas significativas ***para*** impulsionar o	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento» ***e conta com o apoio do Parlamento, enquanto colegislador, para***

investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital;	***tomar*** medidas significativas ***destinadas a*** impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital;

Or. en

Alteração 55
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para ***impulsionar o investimento da*** UE ***para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital***;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para ***fazer face ao crescente fosso económico entre a*** UE ***e os intervenientes mais fortes, especialmente os EUA***;

Or. en

Alteração 56
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades ***das transições ecológica e digital***;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades ***da economia europeia***;

Or. en

Alteração 57
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento»***, mas*** ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ***ecológica e digital***;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento» ***ambiciosa, com o objetivo de mobilizar investimentos privados e capital privado para reforçar a competitividade das nossas empresas e dos nossos setores produtivos europeus; que*** ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ***em curso***;

Or. es

Alteração 58
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Considerando H

Proposta de resolução	*Alteração*
H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital;	H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital; ***que a Comissão ainda não apresentou uma resposta adequada aos avultados requisitos de investimento da União, especialmente tendo em conta que o MRR terminará no final de 2026;***

Or. en

Alteração 59
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que crises passadas, incluindo a pandemia de COVID-19, demonstraram que uma resposta europeia comum e coordenada reforça a União; que, num ambiente geoeconómico competitivo, a Europa só pode salvaguardar os seus interesses e valores através da unidade, salientando a necessidade de quadros de política macroeconómica sólidos e de uma coordenação ainda mais estreita das políticas económicas e sociais através do Semestre Europeu;

Or. en

Alteração 60
Thomas Bajada

Proposta de resolução
Considerando H-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-A. Considerando que a dependência generalizada do PIB como principal medida de progresso tem sido, há muito, criticada por ser estritamente orientada para a produção económica, em detrimento das condições mais amplas que constituem o bem-estar individual;

Or. en

Alteração 61
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
Considerando H-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	H-B. Considerando que o financiamento da UE demonstrou ser um instrumento vital para assegurar a estabilização macroeconómica a nível da UE face a múltiplas crises desde 2019, reforçando a resiliência a nível interno e externo, e apoiando os Estados-Membros no financiamento de investimentos essenciais na União;

Or. en

Alteração 62
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; ***sublinha a eficácia*** das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; ***toma nota*** das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR); ***salienta, no entanto, que, apesar da sua dimensão e ambição iniciais, estas iniciativas não produziram, até à data, resultados suficientes ou duradouros na resolução de vários problemas estruturais persistentes;***

Or. en

Alteração 63
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; ***sublinha a eficácia*** das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; ***toma nota*** das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);

Or. en

Alteração 64
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha ***a eficácia das iniciativas à escala*** da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha ***as respostas e medidas rápidas e coordenadas*** da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR); ***recorda ainda que a promoção do crescimento implica a promoção de políticas de disciplina orçamental e de políticas orçamentais***

	responsáveis, o incentivo a reformas estruturais orientadas para o mercado e o aumento dos investimentos que reforçam a produtividade;

Or. es

Alteração 65
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia ***das iniciativas à escala*** da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos***, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)***;	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia ***da cooperação*** da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos;

Or. en

Alteração 66
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que ***tiveram*** grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que ***continuam a ter*** grandes impactos económicos; sublinha a eficácia ***e a celeridade*** das iniciativas ***e dos instrumentos*** à escala da UE para fazer

externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	face às consequências económicas ***e sociais*** dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) ***e o instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE)***;

Or. en

Alteração 67
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia ***discutível*** das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)***, cuja execução está a ser demasiado lenta e cujo impacto real na recuperação da economia da UE é incerto e difícil de verificar***;

Or. en

Alteração 68
Lídia Pereira

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco	1. Observa que, nos últimos cinco

anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra ***ilegal e injustificada*** da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) ***e o instrumento de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência (SURE)***;
	Or. en

Alteração 69
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);	1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR); ***lamenta que o impacto negativo destes choques nos mais vulneráveis tenha sido reforçado pelas políticas de austeridade inspiradas e incentivadas pelas recomendações específicas por país da Comissão no âmbito do Semestre Europeu;***
	Or. en

Alteração 70
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Incentiva a expansão do fornecimento de bens públicos a nível da UE, a racionalização do orçamento para aumentar a flexibilidade e evitar novas tributações distorcidas que possam reduzir a eficiência económica e o potencial de crescimento;

Or. en

Alteração 71
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Concorda com a Comissão que, face a um contexto económico internacional adverso, às tendências demográficas e ao fraco crescimento da produtividade do trabalho, a UE deve tomar medidas decisivas para promover o crescimento económico, reforçar a sua segurança económica e apoiar a competitividade;

Or. en

Alteração 72
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Considera que as atuais dificuldades geopolíticas e em matéria de competitividade podem ser mais bem enfrentadas respeitando as competências dos Estados-Membros; entende que, com base no princípio da subsidiariedade, os Estados-Membros têm o melhor discernimento dos desafios que enfrentam;

Or. en

Alteração 73
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas ***do outono*** de ***2025*** da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar ***1,4 % em 2025***, em relação a ***2024***;	2. Observa que, segundo as previsões económicas de ***2026*** da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar ***1,5 % em 2026***, em relação a ***2025, e, tendo em conta o contexto geopolítico mais amplo e a conjuntura económica internacional, que exercem uma pressão descendente sobre o desempenho económico da UE, lamenta que tal coloque a União atrás de outras grandes economias mundiais, nomeadamente os EUA e a China, e sublinha a necessidade urgente de políticas favoráveis ao crescimento, em particular em domínios como a investigação e o desenvolvimento, bem como a importância de simplificar os quadros e os procedimentos das políticas da UE, a fim de facilitar uma expansão económica mais robusta***;

Or. en

Alteração 74

Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;	2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024; ***constata que, com esta previsão, a UE ainda está substancialmente atrasada em relação aos EUA e à China em termos de expectativas de crescimento; salienta que o crescimento lento pode conduzir a rendimentos mais baixos para os cidadãos, a uma menor rentabilidade para as empresas e a uma maior pressão orçamental sobre os governos, comprometendo a capacidade dos Estados-Membros e da UE para financiar os tão necessários investimentos nas prioridades da UE, incluindo a competitividade, as tecnologias limpas, a digitalização, a habitação e a defesa;***

Or. en

Alteração 75
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;	2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024; ***salienta que, apesar dos desafios significativos, a área do euro e a UE mantiveram o crescimento e demonstraram resiliência, impulsionada pela procura interna, apoiada por***

	condições de financiamento favoráveis, pela execução do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), por um setor financeiro estável e por um forte desempenho do mercado de trabalho;

Or. en

Alteração 76
Enikő Győri, Paolo Borchia, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;	2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024; ***sublinha que esta trajetória de fraco crescimento reflete os desafios estruturais identificados no relatório Draghi, nomeadamente os baixos níveis de investimento e produtividade, um mercado único insuficientemente integrado, a falta de inovação e a complexidade regulamentar, que constituem todos os principais obstáculos à competitividade;***

Or. en

Alteração 77
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;	2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;

salienta, no entanto, que, na área do euro, o crescimento económico será provavelmente inferior, situando-se em cerca de 1,2 %;

Or. en

Alteração 78
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;	2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024 ***e que, de acordo com as mesmas previsões, o PIB da União deverá crescer igualmente 1,4 % em 2026, recuperando para 1,5 % em 2027***;

Or. es

Alteração 79
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Observa que o crescimento potencial, que marca a taxa de crescimento que uma economia pode manter sem uma inflação excessiva, deverá diminuir de 1,5 % em 2024 para 1,3 % em 2027 na UE e de 1,4 % para 1,2 %, respetivamente, na área do euro, à medida que o crescimento da população em idade ativa abranda; considera que estes níveis de crescimento potencial são demasiado baixos para superar os

desafios que a economia europeia terá de enfrentar nos próximos anos; salienta, por conseguinte, que as reformas destinadas a aumentar a produtividade são uma necessidade;

Or. en

Alteração 80
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Observa que os concorrentes mundiais têm um desempenho económico superior ao da UE, prevendo-se, por exemplo, que o PIB dos EUA aumente 2,0 %, enquanto a produção mundial deverá ser de 3,2 % em 2025, de acordo com as Perspetivas da Economia Mundial do FMI de outubro de 2025; insta a Comissão a aplicar a Declaração de Budapeste, a fim de voltar a colocar a economia da UE na via do elevado crescimento;

Or. en

Alteração 81
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Observa que o papel da UE na economia mundial está a diminuir de forma constante à medida que o seu crescimento, a sua capacidade de inovação e a sua influência estratégica

ficam aquém dos de outras grandes potências e que, na ausência de uma ação decisiva para impulsionar a competitividade e afirmar o seu peso geopolítico, a Europa corre o risco de se tornar cada vez mais marginalizada na definição dos resultados económicos e políticos mundiais;

Or. en

Alteração 82
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 2-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-B. Observa que, acordo com as previsões do outono de 2025 da Comissão, publicadas em 17 de novembro de 2025, o défice agregado da área do euro deverá aumentar de 3,1 % do PIB em 2024 para 3,2 % do PIB em 2025; constata que, com base nas atuais políticas, o défice deverá aumentar para 3,3 % do PIB em 2026;

Or. en

Alteração 83
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 2-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-C. Manifesta preocupação pelo facto de 12 Estados-Membros deverem registar défices superiores a 3 % do PIB em 2027, mais um do que em 2025;

Or. en

Alteração 84
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 2-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-D. Manifesta preocupação pelo facto de nove Estados-Membros estarem sujeitos a procedimentos relativos aos défices excessivos;

Or. en

Alteração 85
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. ***Observa que, em geral***, o rácio dívida ***bruta***/PIB ***das administrações públicas*** deverá ***atingir 82,8 % em 2025***;	3. ***Após uma descida significativa nos anos anteriores***, o rácio ***agregado*** dívida/PIB ***da área do euro começou a subir em 2025 e*** deverá ***aumentar para 89,8 % do PIB no final de 2026, face a cerca de 88 % no final de 2024***;

Or. en

Alteração 86
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025***, muito acima do limiar acordado de 60 %***;

	salienta que o aumento do peso da dívida para os governos não só constitui uma vulnerabilidade à sustentabilidade fiscal e orçamental, como também dificulta significativamente os esforços para investir na competitividade e na defesa; sublinha que níveis elevados de endividamento podem conduzir à instabilidade financeira e económica e comprometer a capacidade dos governos para responder a crises; observa que os acontecimentos de 2025 mostraram como os níveis de dívida elevados podem contribuir para aumentar significativamente os custos do financiamento dos Estados-Membros nos mercados financeiros;

Or. en

Alteração 87
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025***, significativamente acima do valor de referência de 60 % para cada Estado-Membro, consagrado nos Tratados***;

Or. en

Alteração 88
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025 ***na UE***; ***lamenta que se preveja um aumento para 83,8 % em 2026 e 84,5 % em 2027; observa que o rácio da dívida bruta das administrações públicas/PIB deverá atingir 88,8 % em 2025 na área do euro; lamenta que se preveja um aumento da dívida pública para 89,8 % em 2026 e 90,4 % em 2027;***

Or. en

Alteração 89
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025; ***que esta trajetória ascendente deverá prosseguir ao longo do período abrangido pelas previsões, situando-se em cerca de 84,5 % em 2027, impulsionada por défices primários persistentes, pelo aumento das despesas com a defesa e por um diferencial entre crescimento e taxas de juro; que quatro Estados-Membros deverão ultrapassar um nível de dívida de 100 % do PIB em 2027;***

Or. es

Alteração 90
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025; ***manifesta preocupação pelo facto de se prever que o rácio dívida/PIB da UE aumente de 82 % em 2024 para 85 % em 2027 (e de 88 % para 91 % na área do euro), devido aos défices primários persistentes e a um custo médio do serviço da dívida superior ao crescimento nominal do PIB;***

Or. en

Alteração 91
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025; ***sublinha que se trata de um nível alarmantemente elevado, muito superior ao estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento;***

Or. en

Alteração 92
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*

3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025; ***constata que os níveis de dívida variam significativamente entre os Estados-Membros; salienta que um ambiente de taxas de juro mais elevadas aumenta os custos de financiamento da dívida dos Estados-Membros; reconhece a necessidade de trajetórias de redução da dívida específicas por país;***

Or. en

Alteração 93
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;	3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025***, o que representa uma diminuição significativa em relação ao seu pico de 2020***;

Or. en

Alteração 94
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Congratula-se com o facto de alguns Estados-Membros terem aumentado as suas despesas de investimento público, o que teria um

impacto positivo no crescimento e na produtividade; observa que é provável que isso contribua para atenuar o impacto das incertezas no comércio internacional;

Or. en

Alteração 95
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Observa que o défice das administrações públicas deverá atingir 3,3 % em 2025 na UE; lamenta que se preveja que aumente para 3,4 % em 2026 e 2027; observa que o défice das administrações públicas deverá atingir 3,2 % em 2025 na área do euro; lamenta que se preveja um aumento para 3,3 % em 2026 e 3,4 % em 2027; observa que, até 2027, 12 Estados-Membros deverão registar um défice superior a 3 % do PIB, mais um do que em 2025;

Or. en

Alteração 96
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Manifesta preocupação pelo facto de se prever que o défice agregado da área do euro aumente de 3,1 % do PIB em 2024 para 3,2 % do PIB em 2025; manifesta igualmente preocupação pelo facto de, com base nas atuais políticas, se prever que o défice aumente para 3,3 %

do PIB em 2026;

Or. en

Alteração 97
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Observa com preocupação que se prevê que quatro Estados-Membros apresentem rácios da dívida superiores a 100 % no próximo ano;

Or. en

Alteração 98
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Assinala que este nível de dívida pública é consideravelmente superior aos valores de referência previstos no Tratado; observa com preocupação que os elevados níveis de dívida pública são uma fonte de risco macroeconómico sistémico;

Or. en

Alteração 99
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 3-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-C. Insta os Estados-Membros a reduzirem os défices e a dívida pública agregada para níveis compatíveis com os valores de referência do Tratado, reduzindo assim os encargos para as gerações futuras;

Or. en

Alteração 100
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 3-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-D. Salienta que a adoção de políticas orçamentais prudentes contribuiria para estabelecer as reservas orçamentais ao longo do tempo e, por conseguinte, para melhorar a sustentabilidade da dívida pública em alguns Estados-Membros;

Or. en

Alteração 101
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. ***Manifesta preocupação pelo facto de um*** investimento ***privado e*** público ***insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas*** na ***agenda estratégica da UE para 2024-2029***;	4. ***Observa que, de acordo com a comunicação da Comissão intitulada «Reflexão relativa ao quadro de governação económica na política orçamental nacional»[1-A], prevê-se que o*** investimento público ***continue a aumentar em 2026, impulsionado por uma combinação de financiamento nacional e da UE, e que o investimento deverá dar***

um novo contributo expansionista para a orientação orçamental da área do euro em 2026; constata que o investimento público na ***área do euro deverá atingir 3,7 % do PIB até 2026, face a 3,0 % em 2019***;

[1-A] ***COM(2025) 951 final***

Or. en

Alteração 102
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento ***sustentável*** na Europa ***e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica*** da UE ***para 2024-2029***;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento ***económico*** na Europa***; salienta que se trata de um problema sistémico e complexo, sendo uma das suas principais causas o quadro regulamentar complexo e pouco favorável às empresas, incluindo, em particular, os atos jurídicos a nível*** da UE ***relacionados com a transição ecológica***;

Or. en

Alteração 103
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto	4. Manifesta preocupação pelo facto

de um investimento ***privado e público*** insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento ***sustentável*** na Europa ***e de impedir a UE de cumprir as*** prioridades comuns***,*** enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029;

de um investimento insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento na Europa***; salienta que o fraco desempenho económico da UE decorre, em parte, da amplitude e da conceção das*** prioridades comuns ***— em especial, os requisitos irrealistas da transição ecológica —*** enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029;

Or. en

Alteração 104
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades ***comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029***;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável ***e a competitividade*** na Europa e de impedir a UE de cumprir as ***suas*** prioridades ***atuais e futuras***;

Or. en

Alteração 105
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento ***sustentável na*** Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica ***da UE*** para 2024-2029;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o ***potencial de*** crescimento ***da*** Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica para 2024-2029***, especialmente em matéria***

	de competitividade, segurança e transições em curso;

Or. es

Alteração 106
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades ***comuns, enunciadas*** na agenda estratégica da UE para 2024-2029;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades ***estabelecidas*** na agenda estratégica da UE para 2024-2029***, e sublinha que os Estados-Membros da UE devem intensificar os esforços para eliminar os obstáculos e mobilizar um investimento privado muito maior, em consonância com a Estratégia da União da Poupança e dos Investimentos da Comissão***;

Or. en

Alteração 107
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ***após o termo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência*** ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE

	para 2024-2029; ***salienta que, de acordo com as previsões do outono de 2025 da Comissão, o investimento público na UE deverá registar uma tendência descendente após o fim do MRR;***

Or. en

Alteração 108
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029;	4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029; ***observa com preocupação o baixo nível de crescimento potencial na UE; salienta que são urgentemente necessários investimentos em infraestruturas, investigação, desenvolvimento e inovação para aumentar o crescimento potencial da UE;***

Or. en

Alteração 109
Lídia Pereira

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Apoia o objetivo político da Comissão de simplificação e redução significativa dos encargos regulamentares para criar um ambiente favorável às

	empresas, a fim de atrair e aumentar o investimento privado;

Or. en

Alteração 110
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 111
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 112

Enikő Győri, Paolo Borchia, Pierre Pimpie

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. ***Recorda*** que os fenómenos meteorológicos extremos ***têm*** um impacto significativo nas finanças públicas; ***está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;***	5. ***Observa*** que os fenómenos meteorológicos extremos ***podem ter*** um impacto significativo nas finanças públicas;

Or. en

Alteração 113
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos ***têm um*** impacto ***significativo*** nas finanças públicas; ***está ciente de que o impacto e a frequência de*** fenómenos ***meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas***;	5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos ***podem ter*** impacto nas finanças públicas; ***salienta a importância de dispor de reservas financeiras suficientes para garantir uma resposta imediata a estes*** fenómenos;

Or. en

Alteração 114
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto	5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto

significativo nas finanças públicas; ***está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;***	significativo nas finanças públicas;

Or. en

Alteração 115
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; ***está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas***;	5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; ***considera, por conseguinte, necessário investir na prevenção e dar prioridade à rápida execução dos mecanismos de apoio existentes, a fim de assegurar que cheguem o mais rapidamente possível aos territórios afetados***;

Or. es

Alteração 116
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;	5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; ***observa que, apenas durante o verão de 2025, as vagas de calor, as secas e as inundações causaram perdas económicas no valor de 43 mil milhões de EUR;*** está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos

meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas; ***insta os Estados-Membros a realizarem os investimentos necessários para a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a fim de melhorar a resiliência económica da UE; convida a Comissão a ter em conta estes investimentos na elaboração das recomendações específicas por país e para a área do euro;***

Or. en

Alteração 117
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Observa que os níveis de dívida insustentáveis podem comprometer a estabilidade económica e diminuir a capacidade económica da UE para responder a crises futuras; manifesta preocupação pelo facto de o aumento do custo total do envelhecimento da população representar um grande desafio para a sustentabilidade orçamental e a estabilidade macroeconómica no futuro; salienta que alguns países preveem que os custos totais do envelhecimento demográfico aumentem mais de cinco pontos percentuais do PIB até 2070, em comparação com o aumento médio da UE de 1,2 pontos percentuais, de acordo com o relatório de 2024 sobre o envelhecimento demográfico;

Or. en

Alteração 118
Marlena Maląg

em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, ***atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas***;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, ***variando entre 0,2 % e até 8,4 % em outubro de 2025***;

Or. en

Alteração 119
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, ***atingindo*** níveis ***mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas***;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, ***sendo que alguns enfrentam*** níveis ***de inflação significativamente superiores ao nível-alvo do BCE de 2 %***;

Or. en

Alteração 120
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação ***regista níveis diferentes nos*** Estados-Membros***, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas***;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ***da área do euro*** ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação ***continua elevada em vários*** Estados-Membros;

Or. en

Alteração 121
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros***, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas***;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 122
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo	6. Congratula-se com o facto de a inflação ***na área do euro*** ter sido reduzida

do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas;	para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas;

Or. es

Alteração 123
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas; ***observa que a inflação afeta as categorias de rendimentos de forma desigual, sendo os agregados familiares com baixos rendimentos os mais afetados, especialmente quando os aumentos de preços dizem respeito a bens e serviços essenciais, criando assim uma crise do custo de vida para partes da população e comprometendo a coesão social;***

Or. en

Alteração 124
Markus Ferber

Proposta de resolução

N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas;	6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas; ***observa que a inflação subjacente, bem como as expectativas inflacionistas, continuam acima do nível-alvo;***

Or. en

Alteração 125
Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Manifesta profunda preocupação com o impacto contínuo da inflação dos preços dos alimentos e da energia nos agregados familiares europeus; observa que a inflação dos preços dos alimentos na UE continua a ter um impacto negativo no bem-estar dos cidadãos da UE e que, para colocar uma refeição na mesa, os consumidores pagam cerca de um terço mais do que antes da pandemia de COVID-19;

Or. en

Alteração 126
Stefan Berger

Proposta de resolução

N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Solicita uma melhor execução da conjugação de finanças públicas responsáveis, reformas estruturais socialmente equilibradas e investimentos públicos e privados de elevada qualidade; entende que serão necessários investimentos maciços e reformas estruturais significativas para ultrapassar os futuros desafios;

Or. en

Alteração 127
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 128
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade	***Suprimido***

macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;

Or. en

Alteração 129
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular ***as potenciais restrições à*** mobilidade laboral e o ***enfraquecimento do*** crescimento da produtividade;	7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular ***os aumentos contínuos dos preços e as dificuldades de acesso à habitação; recorda que estas dinâmicas podem limitar a*** mobilidade laboral e ***travar*** o crescimento da produtividade ***a longo prazo***; ***lamenta que, em alguns Estados, a ausência de uma política de habitação coerente e previsível, associada a intervenções regulamentares que geraram insegurança jurídica, tenha agravado as tensões do mercado e dificultado tanto o investimento como a oferta de habitação a preços acessíveis, afetando especialmente os jovens e as famílias;***

Or. es

Alteração 130
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;	7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade***, que afetam desproporcionadamente os grupos em situação de vulnerabilidade***; ***observa que os preços da habitação na UE aumentaram cerca de 60,5 % entre 2010 e o segundo trimestre de 2025 e que as rendas aumentaram quase 29 % no mesmo período; salienta que o agravamento dos preços implica, em especial, possíveis restrições à mobilidade laboral e à participação no mercado de trabalho, o enfraquecimento do crescimento da produtividade, bem como pressões sociais acrescidas; observa que, de acordo com o relatório macroeconómico europeu de 2026 da Comissão, o recente crescimento dos preços da habitação excede o que pode ser explicado pela contração de empréstimos pelas famílias, o que indica que o investimento especulativo e a crescente financeirização da habitação estão a distorcer os princípios fundamentais do mercado; salienta que, quando o capital flui de forma desproporcionada para o setor imobiliário e não para o investimento produtivo, tal compromete a eficiência económica;***
	Or. en

Alteração 131
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;	7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade; ***salienta, além disso, que o aumento dos custos da habitação tem consequências sociais significativas, incluindo o agravamento das desigualdades, o aumento da insegurança habitacional e a limitação do acesso a habitação adequada e a preços acessíveis para grandes camadas da população; considera, por conseguinte, que as recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu devem ter plenamente em conta estes desafios, incentivando os Estados-Membros a investir em habitação pública e a preços acessíveis e apoiando programas de renovação térmica em grande escala para reduzir a pobreza energética e reforçar a resiliência do parque habitacional;* Or. en

Alteração 132
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;	7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade; ***saúda o facto de o relatório macroeconómico europeu da Comissão reconhecer que a***

acessibilidade dos preços da habitação se tornou uma questão macroeconómica e social;

Or. en

Alteração 133
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Incentiva a adoção de medidas para permitir a mobilidade laboral, através da simplificação e digitalização das qualificações profissionais e da melhoria da coordenação da segurança social e da portabilidade das pensões, a fim de impulsionar o crescimento a médio prazo, como salienta o FMI;

Or. en

Alteração 134
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Manifesta preocupação com a sustentabilidade a longo prazo dos regimes nacionais de pensões em vários Estados-Membros, incluindo os regimes de repartição, que exercem pressão sobre os orçamentos nacionais e comprometem os rendimentos dos reformados;

Or. en

Alteração 135
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Salienta que é crucial adotar uma política industrial coerente e abrangente, para apoiar a transformação tecnológica da UE e garantir cadeias de abastecimento resilientes, mantendo simultaneamente mercados competitivos e sem distorções da concorrência.

Or. en

Alteração 136
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 137
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*

8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; ***congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;***	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde;

Or. en

Alteração 138
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; ***congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu***;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; ***salienta que o modelo de ensino e formação profissional foi bem-sucedido nos Estados-Membros que o adotaram***;

Or. en

Alteração 139
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. ***Observa que***, em média, a taxa de emprego na UE ***atingiu*** um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. ***Saúda o facto de***, em média, a taxa de emprego na UE ***ter atingido*** um nível recorde***, desempenhando o emprego um papel fundamental no crescimento da União***; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu; ***recorda, a este respeito, a Recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, de 25***

	de novembro de 2025, relativa à adoção de medidas contra a pobreza através da salvaguarda e do reforço de sistemas adequados e sustentáveis de proteção e inclusão social, incluindo a disponibilização de habitação acessível e a preços comportáveis, que é destacada como fundamental para preservar a coesão social e, assim, contribuir para uma economia resiliente;

Or. en

Alteração 140
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; ***congratula-se com a*** integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; ***toma nota da*** integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;

Or. en

Alteração 141
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde***, refletindo um mercado de trabalho dinâmico na maioria dos Estados***; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre

Europeu; ***manifesta preocupação com o facto de, em alguns Estados-Membros, a evolução do mercado de trabalho continuar a ser entravada pela elevada precariedade estrutural, pelas elevadas taxas de desemprego e pelo impacto nulo das políticas ativas de emprego concebidas pelas autoridades nacionais competentes, bem como pelo grave problema do desemprego juvenil;***

Or. es

Alteração 142
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu; ***lamenta, no entanto, que as recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu continuem a promover medidas socialmente regressivas, nomeadamente instando repetidamente os Estados-Membros a reduzirem as prestações de desemprego, os direitos e a proteção dos candidatos a emprego, comprometendo assim a coesão social e os objetivos de convergência social ascendente;***

Or. en

Alteração 143
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social ***(QCS)*** no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu; ***insta a Comissão a emitir uma recomendação quando um Estado-Membro apresentar uma tendência negativa num dos indicadores do QCS;***

Or. en

Alteração 144
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;	8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu; ***lamenta as grandes disparidades entre os Estados-Membros em relação às taxas de desemprego, em particular no que diz respeito aos jovens;***

Or. en

Alteração 145
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Reitera a importância de salvaguardar as condições de concorrência equitativas no mercado único e insta os Estados-Membros a tomarem medidas para aprofundar o mercado único, eliminando os obstáculos internos, reduzindo os encargos administrativos e simplificando a regulamentação;

Or. en

Alteração 146
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Recorda que o objetivo original do Semestre Europeu era a coordenação das políticas orçamentais e económicas em toda a União, a fim de salvaguardar a sua estabilidade macroeconómica;

Or. en

Alteração 147
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
Subtítulo 2

Proposta de resolução	*Alteração*
Revisão do quadro de governação económica da UE	***Aplicação da*** revisão do quadro de governação económica da UE

Or. en

Alteração 148
Stefan Berger

Proposta de resolução
Subtítulo 2

Proposta de resolução	*Alteração*
Revisão do quadro de governação económica da UE	***O*** quadro de governação económica da UE

Or. en

Alteração 149
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos***, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***torná-lo mais simples, transparente e eficaz, com um maior grau de apropriação nacional e uma melhor executoriedade***, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta ***e promover políticas orçamentais anticíclicas***;

Or. en

Alteração 150
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações***	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***proporcionar flexibilidade para investimentos estratégicos nas trajetórias***

orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	***de redução, mantendo simultaneamente a solidez financeira***;

Or. en

Alteração 151
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica ***é*** melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica ***foi apresentado como sendo o de*** melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta; ***salienta, no entanto, que, na realidade, a reforma resulta numa supervisão reforçada e em restrições mais rigorosas às escolhas políticas dos Estados-Membros, limitando ainda mais a sua capacidade de definir políticas económicas e sociais autónomas;***

Or. en

Alteração 152
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***melhorar a sua capacidade para ter*** em	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é ***dotar a UE de um sistema que tenha*** em

conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta; ***sublinha, a este respeito, que o sucesso da reforma exige o compromisso real dos Estados-Membros, lamentando que alguns Estados continuem a apresentar défices elevados, níveis de dívida persistentemente altos e planos orçamentais pouco credíveis, o que dificulta a aplicação efetiva do novo quadro e coloca em risco a sua credibilidade coletiva;***

Or. es

Alteração 153
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE ***enfrenta***;	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE ***e os seus Estados-Membros enfrentam***;

Or. en

Alteração 154
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, ***criando assim a possibilidade de todos os Estados-Membros conduzirem políticas orçamentais anticíclicas,*** bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;

Or. en

Alteração 155
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;	9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, ***reduzir os rácios da dívida e os défices de forma gradual, realista, sustentada e favorável ao crescimento,*** bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;

Or. en

Alteração 156
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Manifesta preocupação pelo facto de o quadro de governação económica da UE, em geral, se desviou do seu enfoque inicial, uma vez que, ao longo dos anos, o Semestre Europeu tem sido sobrecarregado por políticas para além desse âmbito de aplicação, conduzindo a debates de natureza não económica; lamenta que as novas regras de governação económica tenham aprofundado ainda mais a dimensão não económica do Semestre; salienta que a medição tanto da aplicação dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais como dos riscos de convergência social não só interfere com as competências dos Estados-Membros, como também conduz à perda total do âmbito macroeconómico do Semestre;

Or. en

Alteração 157
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que, apesar da flexibilidade adicional introduzida ao abrigo das regras de governação económica revistas, muitos Estados-Membros continuarão a dispor de uma capacidade orçamental insuficiente para satisfazer necessidades de investimento substanciais; toma nota de que a cláusula de derrogação nacional já foi ativada para as despesas com a defesa apenas um ano após a entrada em vigor das regras revistas, como resposta a curto prazo a acontecimentos extraordinários fora do controlo de um

país; sublinha que a cláusula de derrogação nacional se destina a emergências temporárias específicas por país e não é adequada para dar resposta a necessidades estruturais a longo prazo;

Or. en

Alteração 158
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Lamenta que o quadro de governação económica revisto não reforce o progresso e a convergência sociais nem promova a transição ecológica; reitera que, em vez de se centrar em indicadores económicos irrelevantes e perseguir a redução interminável da dívida e do défice, o quadro de governação económica da UE deve ter como objetivo erradicar a pobreza e as desigualdades e proporcionar um elevado nível de proteção social, serviços públicos de qualidade, bem-estar individual e coletivo através da satisfação das necessidades essenciais de todos os cidadãos e do planeamento ecológico;

Or. en

Alteração 159
Sirpa Pietikäinen

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Observa que se deve evitar o

endividamento público excessivo, salvaguardando simultaneamente o investimento público resiliente e orientado para o futuro; solicita que os indicadores macroeconómicos e os cálculos da dívida e do défice no âmbito do Semestre Europeu continuem a ser operacionalizados e aperfeiçoados, de modo a refletir melhor a utilização eficaz dos fundos públicos nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 160
Anouk Van Brug, Engin Eroglu, Gilles Boyer, Katri Kulmuni

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Reitera a sua posição de que um quadro de governação económica adequado e credível constitui um requisito necessário para a sustentabilidade das políticas orçamentais e, em especial, das trajetórias da dívida e do défice, assegurando vias credíveis de redução da dívida; salienta a importância de que um nível de dívida sustentável se reveste para a economia real;

Or. en

Alteração 161
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que, no âmbito do quadro de governação económica reformado, o

crescimento das despesas líquidas é o único indicador operacional para acompanhar o cumprimento, por parte dos Estados-Membros, das respetivas recomendações do Conselho;

Or. en

Alteração 162
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Toma nota do risco de que espaços orçamentais divergentes e diferentes capacidades para financiar a despesa pública nos Estados-Membros possam contribuir para ressurgimento de desequilíbrios macroeconómicos em toda a UE;

Or. en

Alteração 163
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-B. Observa que a análise da sustentabilidade da dívida (ADS) subjacente à trajetória que serve de referência para a elaboração dos planos orçamentais-estruturais nacionais depende de pressupostos arbitrários ao longo dos próximos 14 a 17 anos e assenta num modelo macroeconómico desatualizado que não reconhece a

integração das atividades económicas na biosfera e, por conseguinte, não tem em conta a sua crescente exposição às alterações climáticas, à escassez de recursos, à degradação ambiental e às catástrofes naturais no futuro; considera que este aspeto altamente problemático da análise da sustentabilidade da dívida resultará em perceções erróneas dos riscos económicos e em projeções económicas incorretas que, por sua vez, influenciarão toda a governação económica;

Or. en

Alteração 164
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 9-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-B. Observa que, de acordo com as novas regras, o Parlamento Europeu pode convidar os Estados-Membros sujeitos ao procedimento relativo aos défices excessivos a participar numa troca de pontos de vista; salienta que, este ano, todos os Estados-Membros recusaram o convite do Parlamento, provando que este não deveria supervisionar os planos orçamentais dos Estados-Membros, uma vez que se trata de uma competência nacional clara;

Or. en

Alteração 165
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 9-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-B. Manifesta preocupação com a conclusão do Conselho Orçamental Europeu de que foram utilizadas novas formas de discricionariedade para adiar ou decidir não dar início a procedimentos relativos aos défices excessivos; recorda à Comissão que uma aplicação fiel e uniforme das regras orçamentais da UE é fundamental para manter a credibilidade do quadro de governação económica;

Or. en

Alteração 166
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-C. Lamenta que, a fim de cumprirem as regras de governação económica revistas, os governos dos Estados-Membros, com a França à cabeça, se tenham comprometido, nos seus planos fiscais e orçamentais nacionais, a reduzir a despesa pública e a aplicar reformas estruturais; lamenta que estes compromissos já se tenham traduzido ou venham a traduzir-se, num futuro próximo, em medidas concretas que afetam profundamente a população, como a reforma do sistema de pensões, a reforma do regime de desemprego, a diminuição dos reembolsos dos cuidados de saúde e a redução de postos de trabalho nas administrações públicas, como a escola pública, conduzindo à degradação geral dos serviços públicos; adverte que estas políticas económicas que visam cumprir os objetivos do Semestre Europeu terão um impacto

nocivo e duradouro nas pessoas e na nossa capacidade coletiva para fazer face à crise ecológica, e, ao mesmo tempo, fracassarão na redução do défice e da dívida para que se destinam;

Or. en

Alteração 167
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 9-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-C. Concorda com o Conselho Orçamental Europeu em que, no futuro, a Comissão e o Conselho devem ser mais atempados na execução dos procedimentos relativos aos défices excessivos e evitar qualquer desvio em relação ao PEC;

Or. en

Alteração 168
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 9-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-D. Recorda que a suspensão temporária das regras orçamentais durante a crise da COVID-19 demonstrou que estas não eram adequadas para situações em que os Estados têm de fazer face a grandes perturbações económicas; relembra que essa suspensão não conduziu a uma maior degradação económica, mas, pelo contrário, concedeu aos Estados-Membros uma nova margem

	de manobra; recorda ainda que o quadro de governação económica revisto ainda não é adequado para prevenir e enfrentar crises futuras que a UE acabará por enfrentar, começando pela crise ecológica; deplora que os novos objetivos acordados no novo quadro de governação económica não reflitam as realidades económicas atuais; insta a que esses objetivos sejam reformulados de modo a privilegiar preocupações ecológicas, sociais e de bem-estar;
	Or. en

Alteração 169
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 9-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-D. Manifesta preocupação pelo facto de os novos planos plurianuais poderem tentar os Estados-Membros a adiar os esforços de consolidação orçamental necessários; insta a Comissão Europeia a prestar especial atenção à execução efetiva dos esforços de consolidação orçamental necessários;
	Or. en

Alteração 170
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. ***Toma nota das*** alterações específicas ao quadro de governação económica da UE, publicadas pela	10. ***Congratula-se com as*** alterações específicas ao quadro de governação económica da UE, publicadas pela

Comissão em 2 de outubro de 2025;	Comissão em 2 de outubro de 2025***, com o objetivo de estabelecer coerência na sequência da mais recente atualização do quadro de governação económica***;

Or. en

Alteração 171
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Salienta que a Comissão alargou os seus poderes discricionários ao abrigo do quadro de governação económica reformado, nomeadamente através do processo bilateral subjacente aos planos orçamentais-estruturais de médio prazo; regista as conclusões do Conselho Orçamental Europeu[1-A] que confirmam um maior poder discricionário e bilateralismo e que, em 2024 e 2025, tanto a Comissão como o Conselho recorreram a novas formas de poder discricionário, incluindo a divisão de medidas jurídicas, a alteração de recomendações e o adiamento ou a abstenção de iniciar procedimentos relativos aos défices excessivos; insta a Comissão e os Estados-Membros a assegurarem uma aplicação coerente e assente em regras do quadro para garantir a igualdade de tratamento de todos os Estados-Membros e a defenderem uma abordagem coerente e verdadeiramente europeia;
	[1-A] Relatório anual de 2025 do Conselho Orçamental Europeu.

Or. en

Alteração 172
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Regista com preocupação as conclusões do Conselho Orçamental Europeu de que vários Estados-Membros basearam os seus planos orçamentais em pressupostos macroeconómicos significativamente mais otimistas do que os da Comissão, sem que a Comissão ou o Conselho tenham questionado esses desvios; salienta que, dos 27 planos apresentados, 12 assentam em cenários substancialmente mais otimistas e que, em oito casos, as diferenças no crescimento cumulativo das despesas líquidas ultrapassam os dois pontos percentuais em comparação com as orientações anteriores da Comissão;

Or. en

Alteração 173
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Lamenta que o quadro de governação económica revisto continue a promover a redução da dívida em detrimento da sustentabilidade da dívida e prejudique a capacidade de investimento dos Estados-Membros nas prioridades comuns da UE; apela à revisão das regras orçamentais da UE para que os Estados-Membros possam realizar os investimentos necessários para a transição ecológica; solicita uma melhor

inclusão das considerações sociais, climáticas e ambientais no processo do Semestre Europeu;

Or. en

Alteração 174
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Lamenta o facto de nove Estados-Membros estarem atualmente sujeitos a procedimentos relativos aos défices excessivos e congratula-se com a adoção de medidas corretivas; receia que a adoção de medidas corretivas nos Estados-Membros seja condicionada pela política e pela incerteza política nos Estados-Membros;

Or. en

Alteração 175
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Observa que as avaliações dos planos nacionais efetuadas pela Comissão — incluindo os que divergem das orientações anteriores — indicam que as avaliações prévias dos pressupostos subjacentes serão tidas em conta em futuras avaliações da conformidade; salienta, no entanto, que não é claro de que forma essas futuras avaliações serão realizadas; exorta a Comissão a esclarecer de que modo essas futuras

avaliações do cumprimento serão efetuadas;

Or. en

Alteração 176
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 10-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-B. Observa que a análise da sustentabilidade da dívida é particularmente sensível aos pressupostos utilizados, sendo simultaneamente determinante para a definição da trajetória das despesas líquidas dos Estados-Membros; insta a Comissão a tornar pública a sua avaliação da plausibilidade e os dados utilizados para a análise da sustentabilidade da dívida, conformidade com o artigo 10.º do Regulamento relativo à vertente preventiva;

Or. en

Alteração 177
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 10-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-C. Lamenta que dois Estados-Membros da área do euro não tenham cumprido a sua obrigação legal de apresentar os seus projetos de planos orçamentais (PPO); toma nota de que, consequentemente, a Comissão avaliou o cumprimento das regras orçamentais

apenas com base nas previsões económicas do outono; recorda que um Estado-Membro da área do euro não apresentou o seu PPO pelo segundo ano consecutivo, o que compromete a integridade do quadro de regras orçamentais e do processo de supervisão económica multilateral;

Or. en

Alteração 178
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 10-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-C. Lamenta que nenhum dos Estados-Membros sujeitos ao procedimento relativo aos défices excessivos tenha respondido positivamente ao convite do Parlamento Europeu para participar numa audição pública;

Or. en

Alteração 179
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 10-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-D. Lamenta que alguns Estados-Membros não tenham concluído todas as reformas negociadas subjacentes à prorrogação do período de ajustamento orçamental dentro do prazo, tal como refletido nos relatórios intercalares anuais sobre os planos orçamentais;

Or. en

Alteração 180
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 10-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-E. Observa com preocupação as conclusões do Conselho Orçamental Europeu de que cerca de metade das instituições orçamentais independentes não participaram formalmente na elaboração dos planos orçamentais-estruturais de médio prazo, reduzindo assim a transparência e a supervisão externa num momento fundamental de transição;

Or. en

Alteração 181
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Manifesta preocupação pelo facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 182
Anouk Van Brug, Engin Eroglu, Katri Kulmuni

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. ***Manifesta preocupação pelo facto de o*** MRR ***chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE***;	11. ***Recorda que a dívida emitida para financiar o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (***MRR***) deve ser reembolsada até 2058, de um modo que assegure uma redução estável e previsível dos passivos***;

Or. en

Alteração 183
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Manifesta preocupação pelo facto de o MRR ***chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na*** orientação orçamental global da UE;	11. Manifesta preocupação pelo facto de***, apesar de*** o MRR ***estar a ter um desempenho inferior ao esperado devido à lentidão dos desembolsos e à baixa taxa de execução dos marcos e metas, a Comissão estar a planear melhorar a*** orientação orçamental global da UE ***através da conceção do novo QFP com base no modelo do MRR***;

Or. en

Alteração 184
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. ***Manifesta preocupação pelo facto de*** o MRR ***chegar*** ao seu termo em 2026 ***e pelo*** impacto ***que tal poderá ter*** na ***orientação orçamental global da UE***;	11. ***Observa que*** o MRR ***chegará*** ao seu termo em 2026***; salienta que o MRR provavelmente não irá corresponder às expectativas em termos do seu*** impacto ***positivo*** na ***economia da UE e que a eficácia da utilização dos seus fundos***

suscita muitas dúvidas;

Or. en

Alteração 185
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. ***Manifesta preocupação pelo facto de*** o MRR ***chegar*** ao seu termo em 2026 ***e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE***;	11. ***Observa que*** o MRR ***chegará*** ao seu termo em 2026***; recorda que o MRR é um instrumento único; salienta que a dívida do MRR, no valor de 672,5 mil milhões de EUR, deve ser suportada pelo orçamento da UE e reembolsada até 2058, sendo que os custos reais ultrapassam significativamente as projeções de 2020 devido ao aumento das taxas de juro***;

Or. en

Alteração 186
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. ***Manifesta preocupação pelo*** facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 ***e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE***;	11. ***Toma nota do*** facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 ***, uma vez que sempre foi concebido como um instrumento pontual***;

Or. en

Alteração 187
Stefan Berger

Proposta de resolução

N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. ***Manifesta preocupação pelo*** facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 ***e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE***;	11. ***Insta os Estados-Membros a concluírem a execução dos seus planos de recuperação e resiliência até agosto de 2026, atendendo ao*** facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026;

Or. en

Alteração 188
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Manifesta preocupação pelo facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE;	11. ***Salienta que o investimento público aumentou significativamente nos últimos anos, com cerca de metade do aumento entre 2019 e 2025 financiado pela UE, principalmente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR); observa que estes benefícios deverão continuar para além de 2026, com importantes repercussões em todos os Estados-Membros, e que o impacto a longo prazo das reformas estruturais poderá aumentar a produção potencial até 1,3 % do PIB no período 2020-2033, em comparação com um cenário sem o MRR;*** manifesta preocupação pelo facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE;

Or. en

Alteração 189
Anouk Van Brug, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 11-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	11-A. Destaca o êxito do modelo de governação do MRR, que associa os fundos europeus às reformas económicas estruturais, reforçando a solidez da economia europeia;

Or. en

Alteração 190
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. ***Observa que a orientação orçamental global dos*** Estados-Membros ***é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os*** Estados-Membros;	12. ***Manifesta preocupação pelo facto de oito*** Estados-Membros ***estarem em risco de incumprimento das regras orçamentais da UE, o que aumenta o risco de desencadear um procedimento por défice excessivo; apela aos*** Estados-Membros ***para que prossigam políticas orçamentais prudentes que garantam a sustentabilidade orçamental, mantendo simultaneamente um impacto positivo no crescimento***;

Or. en

Alteração 191
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. ***Observa*** que a orientação orçamental global dos Estados-Membros ***é***	12. ***Reitera a recomendação da Comissão de*** que a orientação orçamental

globalmente neutra em ***2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros***;

global dos Estados-Membros ***se mantenha*** neutra em ***2026, permitindo simultaneamente a diferenciação e a flexibilidade temporária para a defesa, em conformidade com os objetivos dos planos estruturais orçamentais de médio prazo e as cláusulas de derrogação nacionais***;

Or. en

Alteração 192
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025***, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros***;	12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025 ***e que a Comissão considera adequada a composição da orientação orçamental***;

Or. en

Alteração 193
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das ***disparidades significativas entre os Estados-Membros***;	12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025***; salienta, no entanto, que, segundo o Conselho Orçamental Europeu***, apesar das ***condições macroeconómicas favoráveis, a melhoria dos saldos orçamentais ficou aquém das previsões, pois os governos optaram por canalizar as receitas extraordinárias para o aumento das***

despesas discricionárias correntes, em vez de prosseguirem a consolidação orçamental;

Or. en

Alteração 194
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros;	12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros; ***recorda que o Conselho Orçamental Europeu considera que, excluindo as despesas com a defesa, a contenção orçamental é adequada em 2026, em consonância com as recomendações do Conselho de janeiro de 2025;***

Or. en

Alteração 195
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros;	12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros; ***considera que a orientação orçamental neutra está em contradição com os investimentos maciços necessários para a transição justa e o***

reforço da competitividade da UE; Manifesta preocupação pelo facto de a Comissão continuar a recomendar uma orientação orçamental neutra em 2026 para os Estados-Membros da área do euro;

Or. en

Alteração 196
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Salienta que as receitas públicas, bem como a despesa pública, são essenciais para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas; recorda a recomendação do Conselho sobre a política económica da área do euro, de 25 de novembro de 2025, segundo a qual a redução dos desvios fiscais mediante um melhor cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente através do combate à elisão, à evasão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo, continua a ser essencial para garantir sistemas fiscais justos e eficientes; salienta que o alargamento da base tributável e o alinhamento das estratégias fiscais com objetivos políticos mais vastos apoiariam a solidez das finanças públicas e o crescimento sustentável; considera, por conseguinte, necessário reforçar a coordenação fiscal europeia para aumentar a eficiência no mercado único e evitar a concorrência fiscal prejudicial entre os Estados-Membros; salienta, a este respeito, a tarefa atribuída ao comissário responsável pela Economia e Produtividade de assegurar que o sistema fiscal desempenhe um papel crucial no apoio à descarbonização e à

competitividade da Europa e garanta a justiça social;

Or. en

Alteração 197
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Lamenta que, no contexto de uma redução geral da despesa pública, as empresas multinacionais tenham, ao longo dos anos, beneficiado de montantes significativos de subvenções públicas sem quaisquer condições associadas, nomeadamente a preservação de empregos locais, a produção local, os objetivos ecológicos ou a limitação dos rendimentos dos acionistas e dos executivos;

Or. en

Alteração 198
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Salienta que, segundo o FMI, a falta de consolidação orçamental é suscetível de ter um impacto negativo no crescimento a médio prazo, devido à exclusão das despesas prioritárias, bem como ao aumento dos riscos de refinanciamento e de variação das taxas de juro;

Or. en

Alteração 199
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 12-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-B. Recorda que a sustentabilidade da dívida depende de vários outros fatores para além do rácio quantitativo dívida/PIB e que os mercados financeiros atribuem maior importância aos níveis globais de resiliência e solidez das economias nacionais do que à dívida acumulada. considera que a antecipação das reações negativas dos mercados financeiros aos elevados rácios da dívida não deve ser utilizada para legitimar a perpetuação de metas de endividamento arbitrárias e o seu corolário habitual: cortes orçamentais, o subfinanciamento dos serviços públicos e reformas estruturais injustas que enfraquecem a proteção social e os direitos dos trabalhadores;

Or. en

Alteração 200
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 12-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-B. Salienta que, sem uma resposta política ambiciosa, as pressões sobre as despesas colocariam a dívida pública numa trajetória insustentável; observa que, num horizonte de 15 anos e na

ausência de reformas favoráveis ao crescimento, de consolidação orçamental ou de ajustamentos aos programas públicos, a dívida média do país da UE atingiria 130 % do PIB até 2040, de acordo com o FMI;

Or. en

Alteração 201
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 12-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-C. Insta as instituições e os decisores da UE a reconhecerem a evidência de que os cortes na despesa pública têm um impacto contracionista na economia e a rejeitarem esta abordagem;

Or. en

Alteração 202
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 12-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-D. Recorda que o FMI, que durante muito tempo defendeu a austeridade e os ajustamentos estruturais, reconhece que a consolidação orçamental não é eficaz, em termos médios, na redução dos rácios dívida/PIB;

Or. en

Alteração 203
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 12-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-B. Manifesta preocupação pelo facto de o pacote do Semestre Europeu deste ano ser orientado pela Bússola para a Competitividade e não pela Análise Anual do Crescimento Sustentável, que tradicionalmente define as prioridades económicas, sociais e de emprego da União e ancora o Semestre numa visão abrangente do crescimento sustentável; insta a Comissão a adotar uma visão holística e multidimensional da competitividade que apoie as pessoas, o planeta e a economia;

Or. en

Alteração 204
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. ***Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar*** o Semestre Europeu ***para promover a competitividade, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no*** Semestre Europeu;	13. ***Sublinha que*** o Semestre Europeu ***é o instrumento fundamental para coordenar as políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros, salvaguardando assim a estabilidade macroeconómica da União Económica e Monetária; salienta que o*** Semestre Europeu ***não deve ser sobrecarregado com objetivos conflituantes, devendo, ao invés, concentrar-se estreitamente na competitividade e em políticas fiscais robustas***;

Or. en

Alteração 205
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Toma nota do ***compromisso da Comissão de utilizar o*** Semestre Europeu ***para*** promover a competitividade, a sustentabilidade e ***a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu***;	13. Toma nota do ***objetivo do*** Semestre Europeu ***de*** promover a competitividade, ***a estabilidade, o crescimento económico e a segurança através das REP***; ***sublinha que a aplicação das REP constitui um elemento fundamental para garantir*** a sustentabilidade ***orçamental e corrigir os desequilíbrios macroeconómicos***;

Or. en

Alteração 206
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade***, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*** e ***do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu***;	13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade e ***a capacidade de inovação da economia***;

Or. en

Alteração 207
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade***, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu***;	13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade;

Or. en

Alteração 208
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. ***Toma nota do*** compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade, a sustentabilidade e a justiça social***, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu***;	13. ***Observa que as REP para cada Estado-Membro contêm uma recomendação sobre política orçamental, incluindo reformas orçamentais-estruturais, se for caso disso; regista ainda o*** compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade;

Or. en

Alteração 209
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu	13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu

para promover a competitividade, a sustentabilidade e a ***justiça social***, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu;	para promover a competitividade, ***o crescimento económico,*** a sustentabilidade e a ***igualdade de oportunidades***, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu***, a fim de impulsionar a prosperidade e o emprego***; ***sublinha que essa abordagem deve assentar na redução de encargos administrativos, num quadro regulamentar previsível e favorável à iniciativa empresarial e ao investimento privado, bem como em finanças públicas sustentáveis que reforcem a estabilidade económica;***

Or. es

Alteração 210
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu;	13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu; ***considera que o Semestre Europeu é um instrumento para promover e coordenar políticas macroeconómicas prudentes, e não uma forma única de promover uma variedade de objetivos políticos;***

Or. en

Alteração 211

Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Manifesta preocupação com a mudança de política programática no ciclo deste ano, que corre o risco de conduzir à interrupção das recomendações concebidas como compromissos de reforma plurianuais e a longo prazo relacionados com a transição justa das nossas economias e sociedades; sublinha que a supressão destas recomendações enfraqueceria a coerência estratégica do Semestre e comprometeria os esforços dos Estados-Membros para alcançar os objetivos a longo prazo; insta a Comissão a assegurar que as prioridades de transição a longo prazo continuem a refletir-se de forma coerente nas REP ao longo dos ciclos;

Or. en

Alteração 212
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Salienta a importância das REP enquanto pedra angular da coordenação das políticas económicas europeias; recorda que as REP são ações políticas que também fazem parte integrante dos planos orçamentais estruturais a médio prazo, dos planos nacionais de recuperação e resiliência e dos planos anunciados de parceria nacional e regional; observa que, apesar da inclusão de REP nestes quadros, 33 % das REP

revelam progressos nulos ou limitados entre 2019 e 2023;

Or. en

Alteração 213
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Assinala que vários Estados-Membros são afetados por desafios estruturais que entravam o seu potencial de crescimento; destaca que dar resposta aos desafios estruturais é crucial para assegurar uma recuperação sustentável e um crescimento contínuo e que a aplicação de reformas destinadas a corrigir as vulnerabilidades estruturais é fundamental para melhorar a capacidade de resistir e dar resposta aos desafios existentes;

Or. en

Alteração 214
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Lamenta que as REP da Comissão no quadro do Semestre Europeu têm exigido reiteradamente reduções da despesa pública e que a Comissão tem visado especificamente as pensões, a prestação de cuidados de saúde, o aumento dos salários, a segurança do emprego e as prestações de desemprego;

Or. en

Alteração 215
Lídia Pereira

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Entende que o objetivo de níveis de dívida pública sustentáveis e de uma via para a sua redução estrutural é essencial para garantir a equidade intergeracional e quadros sólidos em matéria de finanças públicas, permitindo a mobilização de investimento público sustentável e orientado para o futuro;

Or. en

Alteração 216
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 13-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-B. Salienta que a conceção e o acompanhamento das REP devem dar prioridade a reformas que aumentem a produtividade e o dinamismo económico, incluindo medidas para aumentar a participação da mão de obra, reduzir os encargos administrativos, melhorar os sistemas de educação e formação, facilitar a inovação e reduzir os obstáculos ao empreendedorismo; destaca que as reformas conducentes à melhoria da produtividade que impulsionam os níveis de produção potencial da União são da maior importância para colmatar o fosso em relação a outros países desenvolvidos e elevar o desempenho económico da

União para uma trajetória mais elevada;

Or. en

Alteração 217
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 13-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-B. Observa que a conclusão das restantes reformas estruturais nacionais poderia, de acordo com o FMI, proporcionar um impulso a médio prazo de até 5 % do PIB; salienta que a conclusão do mercado único também geraria ganhos substanciais em termos de crescimento; observa que, segundo o FMI, a execução de um conjunto selecionado de reformas poderia, por si só, aumentar o PIB da UE em pelo menos 3 % no decénio seguinte;

Or. en

Alteração 218
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 13-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-B. Observa que a Comissão excedeu significativamente os limites da sua competência por meio do processo do Semestre Europeu no que respeita às áreas de intervenção que legalmente são da competência dos Estados-Membros ao abrigo do TFUE, tais como as pensões e a prestação de cuidados de saúde;

Or. en

Alteração 219
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 13-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-C. Salienta que as políticas de emprego eficazes devem incluir uma maior flexibilidade do mercado de trabalho, uma redução da inadequação das competências e melhores políticas de ativação, em particular para os jovens, os trabalhadores mais velhos e as mulheres; insta os Estados-Membros a abordarem essas prioridades através de reformas estruturais ambiciosas;

Or. en

Alteração 220
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. ***Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE***; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; ***frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações***	14. ***Reitera que o principal objetivo do Semestre Europeu deve continuar a ser a coordenação das políticas orçamentais e económicas***; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; ***sublinha que a taxa de execução poderia ser mais elevada se a Comissão respeitasse as competências dos Estados-Membros ao emitir as REP;*** exorta a Comissão***, neste contexto,*** a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento;

específicas por país;

Or. en

Alteração 221
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; ***frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país***;	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; ***relembra o seu pedido de REP menos numerosas e mais específicas e considera que, ao longo dos anos, a situação melhorou neste domínio***;

Or. en

Alteração 222
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem ***estar sujeitas a um controlo***	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem ***refletir mais fortemente os***

democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;	***objetivos e prioridades económicos nacionais, bem como as especificidades económicas locais***;

Or. en

Alteração 223
Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; ***regista*** a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; ***frisa que as REP devem*** estar ***sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu***; ***apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país***;	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; ***lamenta*** a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; ***considera que o acesso aos fundos europeus deve*** estar ***associado ao grau de aplicação das REP***;

Or. en

Alteração 224
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista

a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; ***apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;***	a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 225
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; ***apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;***	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 226
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução

N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE***;*** ***regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP***; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;

Or. en

Alteração 227
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE ***e na promoção de reformas estruturais que reforcem a competitividade e a sustentabilidade das finanças públicas***; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP ***em determinados Estados-Membros, uma vez que alguns acumulam, nos últimos anos, atrasos em reformas que melhorem a produtividade, o que enfraquece a credibilidade do Semestre Europeu e a capacidade da UE de alcançar objetivos comuns***; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento***, bem como a sua avaliação de impacto, de modo a assegurar que estas sejam mais claras, mensuráveis e***

orientadas para resultados; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais***, a iniciativa privada*** e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país***, de modo a assegurar que estas se ajustem melhor às necessidades reais da economia e promovam um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento***;

Or. es

Alteração 228
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;	14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país; ***salienta que o reforço do controlo democrático e da responsabilização será ainda mais necessário no contexto do próximo quadro financeiro plurianual;***

Or. en

Alteração 229
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Salienta que as REP devem ser mais bem orientadas, preservando o seu caráter macroeconómico, devem permanecer sempre no âmbito das competências da UE e devem evitar sempre a duplicidade de critérios;

Or. en

Alteração 230
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Lamenta que a maioria das REP continue a centrar-se nos cortes nos serviços públicos e nos sistemas de proteção social, negligenciando, em grande medida, a vertente das receitas;

Or. en

Alteração 231
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 14-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-B. Lamenta, em particular, a

persistente ausência de recomendações destinadas a reforçar a justiça fiscal através do aumento da tributação das pessoas mais ricas e das grandes empresas;

Or. en

Alteração 232
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. ***Toma nota da intenção*** da Comissão de continuar a refletir nas REP as ações que são fundamentais para a União da Poupança e dos Investimentos, tal como anunciado na comunicação da Comissão de 19 de março de 2025[10];	15. ***Congratula-se com a ambição*** da Comissão de continuar a refletir nas REP as ações que são fundamentais para a União da Poupança e dos Investimentos, tal como anunciado na comunicação da Comissão de 19 de março de 2025[10]; ***salienta que o referido projeto é essencial para mobilizar capital privado à escala europeia, melhorar a eficiência na afetação de recursos e reduzir os obstáculos que atualmente fragmentam os mercados financeiros da União; sublinha que uma verdadeira União da Poupança e dos Investimentos deve favorecer o investimento produtivo, apoiar a inovação e reforçar a competitividade das empresas europeias, em especial das PME; insiste em que a conclusão da União da Poupança e dos Investimentos exige que os Estados-Membros atuem com ambição no âmbito do Conselho, desbloqueando a situação e avançando em reformas que reforcem a segurança jurídica, simplifiquem o enquadramento regulamentar e incentivem a poupança privada; recorda que tal constitui uma condição indispensável para que os fluxos de investimento possam financiar eficazmente o crescimento económico;***

[10] Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «União da Poupança e dos Investimentos — Uma estratégia para promover o património dos cidadãos e a competitividade económica na UE» (COM(2025)0124)**,**

[10] Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «União da Poupança e dos Investimentos — Uma estratégia para promover o património dos cidadãos e a competitividade económica na UE» (COM(2025)0124)**.**

Or. es

Alteração 233
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. ***Toma nota da*** intenção da Comissão de continuar a refletir nas REP as ações que são fundamentais para a União da Poupança e dos Investimentos, tal como anunciado na comunicação da Comissão de 19 de março de 2025[10];	15. ***Congratula-se com a*** intenção da Comissão de continuar a refletir nas REP as ações que são fundamentais para a União da Poupança e dos Investimentos, tal como anunciado na comunicação da Comissão de 19 de março de 2025[10];
[10] Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «União da Poupança e dos Investimentos — Uma estratégia para promover o património dos cidadãos e a competitividade económica na UE» (COM(2025)0124),	[10] Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «União da Poupança e dos Investimentos — Uma estratégia para promover o património dos cidadãos e a competitividade económica na UE» (COM(2025)0124)**.**

Or. en

Alteração 234
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Salienta, em particular, a necessidade de os Estados-Membros continuarem a desenvolver os setores das

pensões complementares, a fim de completar os regimes públicos nacionais de pensões existentes; sublinha que setores de pensões suplementares bem desenvolvidos podem aliviar a pressão sobre os orçamentos nacionais, contribuir para a estabilidade económica, proporcionar aos cidadãos um melhor rendimento durante a reforma e ajudar a desenvolver os mercados de capitais; insta a Comissão a refletir de forma específica o desenvolvimento destas pensões nas REP, incluindo mecanismos de adesão automática e painéis de acompanhamento das pensões;

Or. en

Alteração 235
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Destaca a importância das REP para intervir nos motores a longo prazo da sustentabilidade fiscal, designadamente a sustentabilidade e o bom funcionamento dos regimes públicos de pensões, dos sistemas de saúde e de cuidados continuados face aos problemas demográficos, como o envelhecimento das populações, e a preparação para desenvolvimentos adversos, incluindo os riscos físicos relacionados com as alterações climáticas;

Or. en

Alteração 236
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 237
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP ***deverão*** desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ***ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde***; ***assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;***	16. Observa que as REP ***poderiam*** desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ***refletir fortemente os objetivos e prioridades económicos nacionais, bem como as especificidades económicas locais***;

Or. en

Alteração 238
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma ***transição justa para uma*** economia ***verde; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático***;	16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma economia ***europeia mais competitiva e uma maior sustentabilidade orçamental***;

Or. en

Alteração 239
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes***, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde***; assinala que este processo deve ser acompanhado de ***um maior controlo democrático***;	16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes; assinala que este processo deve ser acompanhado de ***uma maior apropriação pelos Estados-Membros***;

Or. en

Alteração 240
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; ***considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde;*** assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;	16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;

Or. en

Alteração 241
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;	16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde ***e competitiva***; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;

Or. en

Alteração 242
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;	16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde ***e justa***; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;

Or. en

Alteração 243
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Toma nota de que a Comissão propõe canalizar uma parte significativa do financiamento ao abrigo do próximo QFP através de planos de parceria nacionais e regionais (PPNR) para o investimento e as reformas e identifica o Semestre Europeu como o principal quadro de referência; observa que a Comissão prevê que os PNRR

apresentados pelos Estados-Membros respondam eficazmente a todos, ou pelo menos a uma parte significativa, dos desafios identificados no contexto do Semestre Europeu; insta a Comissão a clarificar esta ligação e a explicar as implicações desta abordagem para o desenvolvimento, a aplicação e a natureza jurídica das REP;

Or. en

Alteração 244
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 16-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-B. Salienta que a importância crescente e o caráter potencialmente mais vinculativo das REP, quando associadas aos PPNR, constituem um aumento significativo do poder discricionário da Comissão; chama a atenção para o facto de não existir atualmente uma metodologia transparente ou rastreável para o desenvolvimento e a seleção das REP, nem clareza sobre a razão pela qual algumas são propostas e outras não, o que suscita preocupações quanto à responsabilização e à igualdade de tratamento dos Estados-Membros; insta a Comissão a clarificar os procedimentos subjacentes e os critérios de seleção, a especificar o processo de tomada de decisão interno, a indicar quais as direções-gerais envolvidas e a transmitir sem demora estas informações ao Parlamento Europeu; sublinha que qualquer aumento global do poder discricionário da Comissão deve ser acompanhado de mecanismos de responsabilização correspondentes e de uma melhoria substancial do fluxo de

	informação no sentido do Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 245
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. ***Observa que*** as REP de 2025 se ***centram*** mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas***;	17. ***Congratula-se com o facto de*** as REP de 2025 se ***centrarem*** mais na competitividade e na simplificação; ***apela à Comissão para que mantenha essa orientação no futuro***;

Or. en

Alteração 246
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. ***Observa que*** as REP de 2025 se ***centram*** mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;***	17. ***Saúda o facto de*** as REP de 2025 se ***centrarem*** mais na competitividade e na simplificação;

Or. en

Alteração 247
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. ***Observa que*** as REP de 2025 se ***centram*** mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;***	17. ***Congratula-se com o facto de*** as REP de 2025 se ***centrarem*** mais na competitividade e na simplificação;

Or. en

Alteração 248
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas***;	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***observa ainda que as REP de 2026 serão baseadas no conjunto abrangente de REP dirigidas aos Estados-Membros em 2025 e permanecerão centradas nas prioridades identificadas na Bússola para a Competitividade***;

Or. en

Alteração 249
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às*** políticas sociais e climáticas;	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***salienta que a coordenação económica e orçamental está muito mais interligada com estes objetivos do que***

com as políticas sociais e climáticas***, que são principalmente da competência dos Estados-Membros;***

Or. en

Alteração 250
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Engin Eroglu, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação***; lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas***;	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação***, ao mesmo tempo que destacam a necessidade de impulsionar a excelência científica, a investigação e a inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico, como motores essenciais da produtividade e da resiliência a longo prazo***;

Or. en

Alteração 251
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;***	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação;

Or. es

Alteração 252

Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; ***lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;***	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação;

Or. en

Alteração 253
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;	17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas; ***congratula-se com o facto de, para vários Estados-Membros, as REP incluírem uma recomendação no sentido de eliminar progressivamente as subvenções aos combustíveis fósseis; sublinha que todos os Estados-Membros devem pôr urgentemente termo a todas as subvenções aos combustíveis fósseis; insta a Comissão a incluir sistematicamente recomendações aos Estados-Membros para a eliminação progressiva das subvenções aos combustíveis fósseis;***

Or. en

Alteração 254

Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Manifesta profunda preocupação com a proposta da Comissão de condicionar o acesso a financiamento significativo no âmbito dos planos de parceria nacionais e regionais (PPNR) e do Fundo Europeu de Competitividade (FEC) ao cumprimento das REP; recorda que uma condicionalidade semelhante no contexto do MRR demonstrou deficiências graves, incluindo incoerências na avaliação das reformas nacionais, politização do processo e responsabilização insuficiente; salienta que a reprodução desta abordagem pode comprometer a credibilidade, a apropriação e a eficácia do Semestre Europeu e do futuro financiamento da UE; opõe-se firmemente a qualquer alargamento da condicionalidade relacionada com as REP sem uma análise abrangente e transparente das falhas passadas;

Or. en

Alteração 255
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Observa que a Comissão considera que a recomendação relativa à área do euro é, antes de mais, um instrumento de orientação para os debates do Eurogrupo; convida, no entanto, a Comissão a dar

seguimento às recomendações da área do euro, nomeadamente tendo-as em conta na elaboração das REP; lamenta que, este ano, a Comissão não tenha publicado uma panorâmica da aplicação das recomendações da área do euro, como fazia no âmbito do relatório sobre a área do euro; manifesta preocupação pelo facto de as recomendações deste ano não incluírem diretamente qualquer recomendação relacionada com as alterações climáticas;

Or. en

Alteração 256
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Regista as taxas de execução persistentemente baixas das REP relacionadas com a fiscalidade, em particular devido à sua falta de especificidade e de orientações operacionais; salienta que uma aplicação deficiente na administração fiscal e na luta contra a evasão e a elisão fiscais compromete a sustentabilidade orçamental e contribui para os desequilíbrios macroeconómicos; insta a Comissão a assegurar que as REP relacionadas com a fiscalidade sejam mais direcionadas, exequíveis e prioritárias em função do respetivo impacto económico e social esperado;

Or. en

Alteração 257

Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 17-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-B. Insta a Comissão a assegurar que as REP reflitam adequadamente as pressões especulativas e as restrições estruturais da oferta no mercado da habitação; exorta os Estados-Membros a darem seguimento a estas recomendações, a fim de melhorar a acessibilidade dos preços da habitação e apoiar uma afetação mais eficiente e equilibrada do capital;

Or. en

Alteração 258
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-B. Apela a uma análise mais exaustiva, através do Semestre Europeu e das subsequentes REP, do nível de impostos e direitos nos Estados-Membros sobre o trabalho, a riqueza, a poluição e o consumo, a fim de assegurar uma maior coordenação, uma convergência social ascendente e evitar a concorrência fiscal;

Or. en

Alteração 259
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que ***o relatório Draghi demonstrou claramente*** a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE;	18. Recorda que***, durante muitos anos, a economia da UE tem ficado cada vez mais para trás em relação aos principais intervenientes, incluindo os EUA; salienta*** a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE; ***observa que tal exige numerosas alterações ao direito da UE num sentido favorável às empresas;***

Or. en

Alteração 260
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi ***demonstrou claramente*** a necessidade de ***aumentar*** o investimento público ***e privado para impulsionar*** a competitividade da UE;	18. Recorda que o relatório Draghi ***salientou*** a necessidade de ***dar prioridade ao aumento do investimento privado para catalisar*** o investimento público***, reduzindo a dependência deste e impulsionando*** a competitividade da UE;

Or. es

Alteração 261
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento ***público e privado***	18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de ***realizar reformas ambiciosas e*** aumentar o

para impulsionar a competitividade da UE;	investimento para impulsionar a competitividade da UE;

Or. en

Alteração 262
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento ***público e privado*** para impulsionar a competitividade da UE;	18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento para impulsionar a competitividade da UE; ***salienta a necessidade de limitar o apoio público a correções fortemente necessárias na economia; salienta que os investimentos na inovação e competitividade da UE devem, em primeiro lugar, provir da mobilização de investimentos privados; sublinha a eficácia de programas como o InvestEU, em que os fundos públicos são utilizados de forma eficiente como garantias orçamentais para mobilizar investimentos privados em projetos e setores de maior risco;***

Or. en

Alteração 263
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento ***público e privado*** para impulsionar a competitividade da UE;	18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento para impulsionar a competitividade da UE; ***sublinha que o***

	investimento deve provir principalmente de um setor privado dinâmico e inovador, apoiado por um ambiente regulamentar previsível e pelo bom funcionamento do mercado de capitais; salienta que os fundos públicos nacionais e da UE devem desempenhar um papel complementar e catalisador, em vez de substituir o investimento privado ou criar uma dependência a longo prazo do financiamento público;

Or. en

Alteração 264
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE;	18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE; ***observa que alguns Estados-Membros têm vindo a aumentar as suas despesas de investimento público devido a um melhor desempenho das suas finanças públicas, enquanto outros Estados-Membros mal apoiaram o investimento público devido a margens orçamentais reduzidas; lamenta que, devido a esta heterogeneidade, exista uma diferença de 4,8 pontos percentuais do PIB no investimento público entre os Estados-Membros em 2025;***

Or. en

Alteração 265
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE;	18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE; ***recorda que os investimentos em energias renováveis e na eficiência energética são cruciais para tornar a UE independente dos combustíveis fósseis importados e limitar a inflação impulsionada pelos preços da energia e, desse modo, preservar a autonomia estratégia da UE;***

Or. en

Alteração 266
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-A. Recorda que as regras orçamentais incentivaram no passado os governos dos Estados-Membros a levar a cabo ajustamentos orçamentais prejudiciais para os investimentos a longo prazo, o que contribuiu para uma descida do investimento público total em percentagem do PIB durante a década de 2011-2020, após a crise financeira; sublinha que o investimento público é fundamental para assegurar um nível de bem-estar dos cidadãos elevado, para dar resposta às necessidades sociais existentes e que possam surgir e para fomentar a transição para uma economia justa e sustentável; observa que os investimentos adicionais necessários para a descarbonização da economia e em infraestruturas sociais, como a saúde, a educação e a habitação social, ascendem,

a nível da UE, a, pelo menos, 520 mil milhões de EUR e 142 mil milhões de EUR por ano, respetivamente[1-A], a maioria dos quais deve provir de fontes públicas para apoiar uma transição justa e democrática; lamenta que o quadro de governação económica revisto não só não incentive esse investimento público, como também o prejudique;

[1-A] De acordo com a Agência Europeia do Ambiente e o Banco Europeu de Investimento.

Or. en

Alteração 267
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-A. Recorda que, de acordo com o relatório macroeconómico europeu de 2026 da Comissão, o investimento sustentado na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida é essencial para a competitividade e o desenvolvimento económico da Europa a longo prazo; insta os Estados-Membros a darem prioridade à educação enquanto motor essencial da produtividade e do crescimento; recorda que as políticas de investimento social podem ter efeitos positivos significativos no crescimento económico, na produtividade e na competitividade, promovendo, assim, também a sustentabilidade orçamental, e fomentando simultaneamente a convergência social ascendente;

Or. en

Alteração 268
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-A. Recorda que, de acordo com o relatório Draghi, a maior parte dos investimentos produtivos deve ser realizada pelo setor privado, ao passo que a despesa pública deve desempenhar um papel catalisador; salienta a importância de concluir o mercado único e a União Europeia da Poupança e dos Investimentos para mobilizar as poupanças europeias para investimentos produtivos na UE;

Or. en

Alteração 269
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 18-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-B. Salienta que, de acordo com o relatório macroeconómico europeu de 2026 da Comissão, o investimento ecológico em infraestruturas e no setor da energia deverá reforçar a independência energética da União, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e reduzir os custos da energia; observa que a transição mundial para as energias renováveis está a tornar a energia limpa vantajosa do ponto de vista ambiental e económico, sendo a energia solar e eólica frequentemente as fontes mais baratas de nova eletricidade em muitas regiões,

contribuindo assim para a competitividade e a soberania da Europa;

Or. en

Alteração 270
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 18-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-B. Recorda que a incapacidade de atenuar as alterações climáticas e de se adaptar às mesmas com rapidez suficiente, resultante do subinvestimento ou do atraso nos investimentos, terá não só consequências catastróficas em termos humanos, mas também implicará muito mais custos em termos puramente económicos, contrariando assim a própria finalidade das regras orçamentais — promover finanças públicas sólidas;

Or. en

Alteração 271
Manon Aubry, Jussi Saramo
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 18-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-C. Considera que, em vez de promover cortes orçamentais prejudiciais e reformas estruturais para alcançar os objetivos em matéria de dívida e défice prescritos pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, o quadro de governação económica da UE deve favorecer e facilitar a cobrança, tanto a nível dos

Estados-Membros como da UE, de recursos adicionais pelos Estados-Membros e a nível da UE através de uma tributação justa, em particular impostos sobre as empresas mais ricas e multinacionais, da retirada de produtos e serviços ecologicamente nocivos, da revogação de isenções fiscais e de contribuições sociais ineficazes e injustas, e do combate à elisão fiscal e à evasão fiscal de indivíduos ricos e de empresas multinacionais;

Or. en

Alteração 272
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 18-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-C. Considera que todos os instrumentos e ferramentas devem ser explorados com vista a dotar a UE dos recursos necessários;

Or. en

Alteração 273
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 18-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-D. Salienta, por exemplo, que os 40 mil milhões de EUR de cortes orçamentais propostos pelo Governo francês para o orçamento de 2026 são inferiores ao custo anual das deduções

	fiscais concedidas pelo Governo francês a pessoas ricas e empresas multinacionais desde 2017;

Or. en

Alteração 274
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 275
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 276
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 277
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. ***Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter*** a capacidade ***desta para realizar os investimentos necessários***;	19. ***Solicita que o orçamento da UE e o QFP mantenham uma dimensão proporcionada e maximizem o impacto de cada euro no apoio às prioridades da UE; observa*** a capacidade ***de despesa atualmente limitada dos governos dos Estados-Membros, o que exige uma despesa eficaz e proporcionada a nível da UE***;

Or. en

Alteração 278
Ivars Ijabs, Anouk Van Brug, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. ***Apela à*** criação de ***outras*** capacidades de investimento à escala da UE***, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos***	19. ***Congratula-se com a*** criação de capacidades de investimento à escala da UE ***e apoia a criação do Fundo Europeu de Competitividade***;

necessários;

Or. en

Alteração 279
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à ***criação de outras capacidades de investimento à escala da UE***, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	19. Apela à ***mobilização de financiamento privado e ao aproveitamento dos fundos públicos no âmbito do próximo QFP***, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;

Or. en

Alteração 280
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. ***Apela à criação de outras capacidades*** de investimento ***à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários***;	19. ***Considera que o quadro de governação económica da UE, se for caso disso, deve ser reforçado mediante o recurso a instrumentos e ferramentas*** de investimento ***a nível da UE concebidos para minimizar os custos para os contribuintes da UE e maximizar a eficiência na prestação de bens públicos europeus***; ***observa que o desenvolvimento de um ativo seguro da UE como índice de referência reforçaria os mercados financeiros;***

Or. en

Alteração 281
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	19. ***Observa que a contração conjunta de empréstimos apresenta uma opção viável para assegurar que a União dispõe de recursos suficientes para responder a crises à escala da União, como a atual crise no domínio da segurança e da defesa; insta o Conselho a adotar urgentemente novos recursos próprios, tendo em conta que são essenciais para satisfazer as necessidades acrescidas de despesa e investimento da União;*** apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários; ***insta a Comissão e os Estados-Membros a apresentarem uma estratégia para satisfazer as necessidades de investimento para além de 2026, especialmente à luz da cessação do MRR e do seu contributo vital e comprovado para a dinâmica de investimento positiva na UE;***

Or. en

Alteração 282
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários ***sem que estes conduzam ao aumento dos***

	impostos ou do endividamento; ***sublinha que estas capacidades devem centrar-se no reforço da competitividade, da inovação e da resiliência industrial europeia, devendo ser concebidas de forma a mobilizar capital privado, eliminar os obstáculos ao mercado único, melhorar a eficiência regulamentar e assegurar uma utilização responsável dos recursos públicos; recorda, além disso, que a falta de estabilidade orçamental e de reformas estruturais em alguns Estados-Membros limita a eficácia da ação de investimento europeia, ao gerar incerteza e reduzir a capacidade de atrair investimentos produtivos;***

Or. es

Alteração 283
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;	19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários ***a uma transição justa para uma economia verde***;

Or. en

Alteração 284
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 19-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-A. Observa que o elevado nível de poupança privada da Europa proporciona uma base sólida para financiar as suas prioridades económicas e sociais; observa, no entanto, que, de acordo com o relatório macroeconómico europeu de 2026 da Comissão, uma grande parte destas poupanças é investida no estrangeiro, criando vulnerabilidades à evolução externa e limitando os recursos disponíveis para investimento na União; salienta que, entre outros aspetos, a fragmentação dos mercados financeiros e os obstáculos estruturais impedem que as poupanças internas apoiem investimentos produtivos económica e socialmente benéficos, empregos de qualidade e capacidades industriais estratégicas; sublinha a necessidade de aprofundar os mercados de capitais europeus, garantindo simultaneamente os mais elevados padrões de proteção dos consumidores;

Or. en

Alteração 285
Lídia Pereira

Proposta de resolução
N.º 19-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-A. Apoia a criação, o mais rapidamente possível, do Fundo Europeu de Competitividade e do Fundo Europeu para Empresas em Fase de Expansão, a fim de dar resposta à necessidade urgente de mobilizar investimento, nomeadamente em investigação, desenvolvimento ou inovação;

Or. en

Alteração 286
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 287
Enikő Győri, Paolo Borchia

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. ***Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa;*** observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os	20. Observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa;

investimentos dos Estados-Membros na defesa; ***lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;***

Or. en

Alteração 288
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; ***observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;***	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os ***Estados-Membros, especialmente quando se têm em conta as preocupações de segurança da União e dos seus*** Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa;

Or. en

Alteração 289
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais

unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; ***apoia*** os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; ***regista*** os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa ***e salienta que tal abordagem deve ter em conta as necessidades individuais dos Estados-Membros neste domínio***; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;
	Or. en

Alteração 290
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar; ***congratula-se com o facto de o indicador de despesas líquidas excluir todo o cofinanciamento nacional nos programas financiados pela União, o que proporciona aos Estados-Membros uma maior margem de manobra orçamental***

para investir nas prioridades comuns da UE, tal como previsto no Regulamento (UE) 2024/1263, contribuindo assim para reforçar as sinergias entre o orçamento da União e os orçamentos nacionais e, consequentemente, para reduzir a fragmentação e aumentar a eficácia global da despesa pública nalguns domínios, como a defesa;

Or. en

Alteração 291
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar; ***salienta que o compromisso dos Estados-Membros de aumentar as despesas com a defesa não deve ser feito em detrimento das outras prioridades comuns da UE, em particular os investimentos em infraestruturas verdes e sociais;***

Or. en

Alteração 292
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq, Evelyn Regner

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros***; considera que o reforço da segurança da Europa através da redução das dependências estratégicas continua a ser essencial para salvaguardar a resiliência a longo prazo da União***; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;

Or. en

Alteração 293
Isabel Benjumea Benjumea, Fernando Navarrete Rojas

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria	20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade***, bem como uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos*** entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o

um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;	Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;

Or. es

Alteração 294
Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 20-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-A. Solicita que a ação da UE no domínio da defesa seja levada a cabo sem prejuízo do caráter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, especialmente os que aderem a um estatuto de neutralidade;

Or. en

Alteração 295
Fernando Navarrete Rojas, Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. ***Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a*** cláusula de derrogação nacional ***para as despesas com a defesa***;	21. ***Toma nota da aplicação limitada da*** cláusula de derrogação nacional ***ao abrigo do Pacto de Estabilidade e Crescimento às despesas relacionadas com a defesa***; ***recorda as conclusões do BCE de que a plena utilização da cláusula de derrogação nacional agravaria inicialmente a dinâmica da dívida, em particular para os países com elevados***

níveis de dívida, transferindo efetivamente um ajustamento orçamental significativo do primeiro período de planeamento para o segundo período, com início em 2029;

Or. en

Alteração 296
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Anouk Van Brug, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. ***Observa que apenas 16*** Estados-Membros ***ativaram*** a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. ***Exorta os*** Estados-Membros a ***garantirem um aumento sustentável e robusto das despesas com a prontidão da defesa, tendo em conta as ameaças externas que a UE enfrenta, incluindo, se for caso disso, o recurso à*** cláusula de derrogação nacional para as despesas ***relacionadas*** com a defesa;

Or. en

Alteração 297
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que ***apenas*** 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa; ***sublinha que proporciona aos Estados-Membros flexibilidade para aumentar as despesas com a defesa, sem necessidade imediata de financiar esse aumento com cortes nas despesas ou medidas de aumento das receitas. constata que esta flexibilidade concede, assim, aos Estados-Membros o tempo necessário para terem em conta o***

aumento das despesas com a defesa nos orçamentos nacionais.

Or. en

Alteração 298
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que ***apenas*** 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que ***o quadro orçamental da UE permite o aumento necessário das despesas com a defesa através da ativação das cláusulas de derrogação nacionais por um período limitado; observa que*** 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;

Or. en

Alteração 299
Dirk Gotink

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que ***apenas*** 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa; ***manifesta preocupação com a aplicação da cláusula de derrogação nacional e com os níveis já elevados da dívida pública em alguns Estados-Membros; constata que alguns Estados-Membros se abstiveram de aplicar a cláusula de derrogação nacional por receio da reação dos mercados financeiros; considera que os investimentos na defesa e a flexibilidade na aplicação das regras do Pacto de***

Estabilidade e Crescimento devem ser sempre acompanhados da disciplina orçamental e da sustentabilidade da dívida pública;

Or. en

Alteração 300
Enikő Győri, Paolo Borchia, Jorge Martín Frías, Pierre Pimpie, Tomáš Kubín, Jaroslava Pokorná Jermanová

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que ***apenas*** 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;

Or. en

Alteração 301
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa; ***sublinha que vários Estados-Membros de grande dimensão, como a França, a Itália ou a Espanha, não ativaram esta flexibilidade; considera que a conceção da cláusula não era adequada para os Estados-Membros sujeitos a procedimentos relativos aos défices excessivos; salienta que a participação parcial reduz significativamente as despesas adicionais***

	previstas com a defesa de 650 mil milhões de EUR para cerca de 297 a 337 mil milhões de EUR; considera que a flexibilidade adicional deveria ter sido limitada aos investimentos na defesa, em vez de abranger também as despesas correntes no domínio da defesa, que não geram crescimento e, por conseguinte, não são autofinanciadas;

Or. en

Alteração 302
Manon Aubry
em nome do Grupo The Left

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa; ***salienta que a utilização de cláusulas de derrogação não se deve limitar às despesas com a defesa; considera que podem ocorrer choques externos e temporários em vários domínios políticos e não vê justificação para limitar a utilização de cláusulas de derrogação a um único domínio; salienta que tal pode aplicar-se, nomeadamente, a crises graves de saúde pública, catástrofes ecológicas ou outras emergências sistémicas que exijam investimentos públicos excecionais e rápidos;***

Or. en

Alteração 303
Marlena Maląg
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução

N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa; ***salienta que uma das principais razões para tal é o receio dos países excessivamente endividados de uma reação desfavorável do mercado, que pode resultar num aumento do custo da dívida;***

Or. en

Alteração 304
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Claire Fita, Aurore Lalucq

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;	21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa***, o que conduziu a uma revisão em baixa das despesas adicionais previstas no domínio da defesa, bem como do efeito macroeconómico do plano «ReArm Europe/Prontidão 2030»***;

Or. en

Alteração 305
Matthias Ecke, René Repasi, Jonás Fernández, César Luena, Evelyn Regner, Thomas Bajada

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Insta os Estados-Membros a terem

em conta as potenciais implicações orçamentais da ativação da cláusula de derrogação nacional e do aumento das despesas com a defesa; observa que os efeitos económicos das despesas com a defesa no crescimento são incertos e frequentemente limitados, especialmente quando comparados com outros investimentos públicos, como as infraestruturas, a investigação ou a educação, que produzem efeitos mais fortes e sustentados no crescimento; salienta que o aumento estrutural das despesas com a defesa deve ser acompanhado de receitas adicionais;

Or. en

Alteração 306
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Sublinha que a flexibilidade orçamental, nomeadamente no contexto do aumento das despesas com a defesa, deve continuar a ser específica e temporária e ser acompanhada de compromissos claros para restabelecer a solidez das finanças públicas;

Or. en

Alteração 307
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Gilles Boyer

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Congratula-se com a decisão da

Comissão de permitir que os Estados-Membros ativem a cláusula de derrogação nacional para as despesas relacionadas com a defesa, reforçando assim as capacidades de defesa em toda a União;

Or. en

Alteração 308
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Observa que a Comissão aferirá a existência de desequilíbrios macroeconómicos nos sete Estados-Membros selecionados para apreciações aprofundadas (AA) no quadro do seu Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2025;

Or. en

Alteração 309
Markus Ferber

Proposta de resolução
N.º 21-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-B. Adverte que as despesas com a defesa são, por natureza, investimentos consumptivos e não aumentam, por si só, o potencial produtivo de uma economia; considera, por conseguinte, que as despesas com a defesa não devem ser financiadas por um aumento da emissão de dívida a longo prazo; insta os Estados-Membros a encontrarem soluções sustentáveis para financiar níveis

reduzidos de despesas com a defesa para além da crise de segurança imediata;

Or. en

Alteração 310
Ivars Ijabs, Katri Kulmuni, Gilles Boyer, Anouk Van Brug, Engin Eroglu

Proposta de resolução
N.º 21-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-B. Salienta a importância de aumentar a coerência e a cooperação em matéria de investimento na defesa entre os Estados-Membros, em particular no que diz respeito aos facilitadores estratégicos ou aos sistemas de armas estratégicos que são demasiado dispendiosos para cada Estado-Membro, tendo em conta a necessidade premente de reforçar o setor europeu da defesa e garantir a segurança a longo prazo e a autonomia estratégica;

Or. en

Alteração 311
Stefan Berger

Proposta de resolução
N.º 21-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-B. Manifesta preocupação pelo facto de nove Estados-Membros estarem atualmente sujeitos a um procedimento relativo aos défices excessivos; insta esses Estados-Membros a garantirem a ordem das suas finanças públicas, a fim de saírem do procedimento relativo aos défices excessivos o mais rapidamente possível;

Or. en

Alteração 312
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 22

Proposta de resolução	*Alteração*
22. Recorda que a Comissão nunca lançou um procedimento por desequilíbrio excessivo, apesar de alguns Estados-Membros apresentarem frequentemente desequilíbrios nas contas correntes;	22. Recorda que a Comissão nunca lançou um procedimento por desequilíbrio excessivo, apesar de alguns Estados-Membros apresentarem frequentemente desequilíbrios nas contas correntes; ***lamenta que os indicadores do PDM continuem a ser míopes e assimétricos no que diz respeito aos valores-alvo superiores e inferiores, orientados para uma promoção unilateral da competitividade internacional dos custos, em vez de reduzirem os desequilíbrios na área do euro; recorda que os excedentes da balança corrente elevados têm efeitos negativos indiretos que contribuem para o endividamento insustentável dos países parceiros;***

Or. en

Alteração 313
Kira Marie Peter-Hansen
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 22-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	22-A. Lamenta ainda que a revisão do painel de avaliação do PDM realizada pela Comissão em 2025 retire, de forma significativa, importância aos indicadores sociais, uma vez que a taxas de

desemprego de longa duração e dos jovens já não são consideradas indicadores-chave, apesar da sua relevância para identificar e dar resposta a desafios específicos do mercado de trabalho e adotar políticas públicas adequadas; manifesta o seu alarme com o facto de os limiares superiores para os aumentos dos custos nominais do trabalho permitirem aumentos mínimos dos salários reais, mesmo quando a inflação atinge o seu objetivo;

Or. en